europ assistance
you live we care

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2016

www.europ-assistance.pt

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exªs o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2016.

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., desde a sua constituição em 1993, tem apresentado uma contínua trajetória ascendente. Ao longo do exercício de 2016 manteve a tendência dos anos anteriores, crescendo de forma sustentada.

Paralelamente à sua expansão no mercado interno, iniciou em 1997 o seu projeto de internacionalização com a abertura de uma empresa no Brasil, projeto esse posteriormente alargado ao mercado argentino e chileno.

Apresentamos de seguida os principais indicadores relativos às empresas integrantes das contas consolidadas do presente exercício.

1- EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.

	(valores expressos em milhares de euros) 2016	2015
Ativo	47.052	49.500
Capital Próprio	18.246	16.589
Passivo	28.806	32.911
Prémios brutos emitidos	44.878	54.097
Resultado líquido do exercício	5.626	4.188

Nota: dados retirados das contas individuais

A **Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.** voltou, em 2016, a alcançar os seus principais objetivos, mantendo a liderança do mercado de assistência em Portugal, mesmo numa conjuntura económica difícil e num ambiente concorrencial bastante agressivo, continuando a crescer nos países onde tem operações e atingindo níveis de rentabilidade que permitem remunerar adequadamente os seus acionistas.

Os prémios brutos emitidos atingiram os 44,9 milhões de euros e os prémios adquiridos líquidos de resseguro atingiram os 45,2 milhões de euros.

Os resultados alcançados ao nível da produção, resultam, essencialmente, de uma estratégia comercial de sucesso, assente numa aposta clara em fidelizar a base de clientes existente, base essa que tem permitido conservar a liderança do mercado, através da criação de parcerias duradouras, procurando corresponder às necessidades e expectativas de cada cliente por nós apercebidas, apresentando soluções inovadoras.
Apesar do esforço de diversificação para linhas de negócio com melhores perspetivas de crescimento, como sejam a saúde e o lar & família, continua a observar-se uma concentração da produção nas linhas de negócio ligadas ao automóvel, causando uma maior pressão sobre as margens. Este fenómeno deverá estar ligado às condições económicas adversas que o nosso País atravessou nos últimos anos, que originam uma maior dificuldade em colocar no mercado produtos e soluções que vão muito para além daquilo que é considerado como essencial em termos de assistência.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro atingiram 35,6 milhões de euros. No exercício de 2016 observou-se um decréscimo do rácio de sinistralidade que, de 80,5 por cento em 2015, passou para 78,7 por cento em 2016, resultado de algumas medidas tomadas em carteiras que apresentavam níveis de rentabilidade abaixo do expectável. Foram abertos cerca de 1,0 milhões de processos de assistência, dos quais perto de 400 mil com custo externo associado. A nossa central de atendimento telefónico recebeu cerca de 2,0 milhões de chamadas.

A política de investimentos adotada pela Europ Assistance em 2016 seguiu as regras de prudência estabelecidas pelos seus acionistas, que privilegiam uma cuidada avaliação do risco associado aos ativos. A carteira reparte-se por cerca de 47 por cento de obrigações de taxa fixa, das quais cerca de 21 por cento relativas a títulos de dívida pública e equiparados, com predominância de títulos de dívida alemã, e cerca de 42 por cento de obrigações de taxa variável. Ao longo de 2016 manteve-se uma exposição a ações, através de unidades de participação em fundos, na ordem dos 8 por cento. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating "A" e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, maioritariamente em dólares americanos, de perto de 10 por cento.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	2016	2015
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	3.650.250	3.649.750
Ativos disponíveis para venda	32.993.081	34.956.889
Empréstimos e contas a receber	1.742.291	1.982.013
	38.385.622	40.588.652

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda detalham-se conforme segue:

	2016	2015
Ações		
. Cotadas	-	-
Obrigações		
. Cotadas	27.882.036	30.033.379
. Não cotadas	1.468.813	609.178
Unidades de participação		
. Cotadas	2.512.447	3.261.191
. Não cotadas	1.129.785	1.053.141
	32.993.081	34.956.889

Apesar de o número médio de trabalhadores ter apresentado um decréscimo (311 trabalhadores em 2016 e 326 trabalhadores em 2015), registou-se um crescimento ligeiro de 0,6 por cento quando comparado o quadro de trabalhadores no final do exercício (325 em 2016 e 323 em 2015).

O exercício encerrou com um resultado líquido de 5.625 milhares de euros.

2- As contas consolidadas, seguindo o método da consolidação integral, integram as seguintes empresas:

Empresas do grupo	Participação (em %)
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	99,96%
Ponte Alta - SGPS Unipessoal , Lda.	100,00%
Europ Assistance Macau, LDA	70,00%
Europ Assistance Argentina, S.A.	56,09%

2.1 - EUROP ASSISTANCE – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PERSONALIZADOS, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Ativo	4.219	3.794
Capital Próprio	1.267	1.021
Passivo	2.952	2.773
Vendas e serviços prestados	4.741	4.568
Resultado líquido do exercício	861	618

Nota: dados retirados das contas individuais

A **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** alcançou em 2016 um volume de negócios superior a 4,7 milhões de euros, refletindo um crescimento de 3,8 por cento relativamente ao exercício anterior. Este crescimento resultou fundamentalmente do aumento dos serviços prestados no mercado externo.

A atividade da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** tem vindo a diversificar-se, mas tendo sempre como base a prestação de serviços de *call center* e de assistência (principalmente assistência automóvel), a gestão de contratos de extensão de garantia automóvel e uma crescente aposta nos serviços de gestão de sinistros. Os principais clientes são as gestoras de frotas automóvel, as empresas de rent-a-car, as marcas automóvel, os grupos de retalho automóvel, as companhias de seguros e empresas de utilities.

A estrutura da empresa tem-se revelado adequada à sua atividade, sofrendo ajustes pontuais em função da variação da sua atividade, adotando-se uma política que se rege simultaneamente por

uma preocupação com a flexibilidade e racionalização dos recursos alocados e por assegurar que a qualidade dos serviços prestados alcança o nível de excelência que nos caracteriza e que o mercado nos reconhece.

O exercício de 2016 da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** encerrou com um resultado líquido de 860,6 mil euros.

2.2 - PONTE ALTA, SGPS, UNIPESSOAL, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Ativo	23.835	18.705
Capital Próprio	23.820	18.685
Passivo	15	20
Vendas e serviços prestados	-	-
Resultado líquido do exercício	1.990	4.922

Nota: dados retirados das contas individuais

Em 2016 a **Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.** (adiante designada Ponte Alta, ou Sociedade) encerrou o exercício com um resultado líquido de aproximadamente 2 milhões de euros, resultante, na quase totalidade, da aplicação do método de equivalência patrimonial nas empresas participadas, no montante de 2 milhões de euros (2015: 4,9 milhões de euros).

Os investimentos financeiros em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a participações em entidades do Brasil (50,00%), Macau (70,00%), Argentina (56,10%) e Chile (25,50%).

2.3 - EUROP ASSISTANCE MACAU, LDA.

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Ativo	61	59
Capital Próprio	60	58
Passivo	1	1
Resultado líquido do exercício	-	-

Nota: dados retirados das contas individuais

A constituição da empresa em abril 1998 teve como objetivo principal a presença num novo mercado que se perspetiva com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer atividade.

2.4 - EUROP ASSISTANCE ARGENTINA, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Ativo	7.273	5.460
Capital Próprio	566	498
Passivo	6.707	4.963
Prémios brutos emitidos e serviços prestados	16.950	18.648
Resultado líquido do exercício	144	(174)

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Buenos Aires e atua no mercado argentino de assistência e em outros mercados da América Latina e Central, como é o caso da Venezuela.

A empresa Argentina também apresentou um crescimento assinalável, alcançando um volume de negócios de 275 milhões de pesos argentinos (17 milhões de euros), 42 por cento acima do registado no ano anterior (em moeda local), e obteve um resultado líquido de 2,3 milhões de pesos argentinos (144 mil euros).

No exercício de 2016 o total de ativos e passivos aumentou cerca de 56% e 58%, respetivamente, em relação ao ano anterior. A filial da Argentina apresenta uma carteira de clientes diversificada e atua através de diferentes canais de venda.

A empresa Argentina reforçou a sua quota de mercado, captando novos clientes que abrem excelentes perspetivas futuras de negócio apesar do ambiente de dificuldades económico-financeiras provocadas pelas elevadas taxas de inflação registadas.

3 - As contas consolidadas, seguindo o método de equivalência patrimonial, integram as seguintes empresas:

Empresas do grupo	Participação (em %)
EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%
Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile)	25,50%

3.1 - EABS – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E PARTICIPAÇÕES, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Ativo	45.474	33.184
Capital Próprio	45.471	33.165
Passivo	3	19
Resultado líquido do exercício	3.564	9.901

Nota: dados retirados das contas individuais

A Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. empresa Brasileira detida em 100% pela EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. apresentou uma excelente performance, prosseguindo a sua trajetória de crescimento e encerrou o ano com um volume de negócios de cerca de 509 milhões de reais (132 milhões de euros), e um resultado líquido de 14,2 milhões de reais (3,7 milhões de euros).

A CEABS Serviços, S.A., empresa detida em 100 por cento pela Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A., no seu quarto ano completo de atividade, registou um volume de negócios de cerca de 115,7 milhões de reais (30,01 milhões de euros), evidenciando um Ativo de 84,16 milhões de reais (24,53 milhões de euros) e um Capital Próprio de 50,64 milhões de euros (14,76 milhões de euros), o qual inclui um Resultado Líquido do Exercício positivo de 20,70 milhões de reais (5.37 milhões de euros).

3.2 - EUROP ASSISTANCE, S.A. Y FILIAL (CHILE)

(valores expressos em milhares de euros)

	2016	2015
Ativo	5.288	3.367
Capital Próprio	1.799	1.077
Passivo	3.488	2.290
Prestações de serviços	8.906	7.714
Resultado líquido do exercício	552	299

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Santiago do Chile e atua no mercado chileno de assistência.

A Europ Assistance Holding (França) detém igualmente uma participação direta de 25,50% no capital da sociedade chilena.

No exercício de 2016, a Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile) obteve resultados líquidos do exercício positivos de 411 milhões de pesos chilenos (cerca de 552 milhares de euros), o que representa um crescimento de 88,6% do resultado líquido do exercício (em moeda local) e alcançou um volume de negócios superior a 6.628 milhões de pesos chilenos (cerca de 8,91 milhões de euros).

4 PERSPETIVAS PARA 2017

As atuais projeções macroeconómicas apontam para a continuação de um processo de recuperação moderada da atividade económica, que se deverá traduzir num crescimento de 1,4 por cento em 2017, próximo, embora inferior, ao projetado para a área do euro, não revertendo o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013. Esta ausência de convergência real face à área do euro reflete a persistência de constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências nos mercados do trabalho e do produto. Neste contexto, é importante continuar a aprofundar o processo de reformas estruturais, aumentando os incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano, criando desta forma condições para um aumento sustentado da produtividade e do potencial de crescimento da economia.

O Conselho de Administração da Europ Assistance está confiante que no próximo ano a empresa irá manter a liderança do mercado de assistência em Portugal e continuará a alcançar níveis de rentabilidade que permitam uma remuneração adequada aos acionistas. Em 2017 a estratégia a seguir assentará na melhoria contínua dos processos e na transformação ao nível das operações, dos sistemas e da oferta de produtos inovadores e diferenciadores. Na área internacional, prevê-se que 2017 seja mais um ano de consolidação da atividade e melhoria da rentabilidade.

Lisboa, 17 de maio de 2017

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Antoine Dominique Parisi

Paula Casa Nova de Almeida Costa

Juan Carlos Guzman Acha

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adotada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino Reforçado, compreendendo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto atualmente por 5 membros, dos quais 1 é Administrador Executivo, e nenhum é Administrador Independente, sendo eleitos por períodos de 4 anos.

O Administrador Executivo possui poderes de gestão corrente da Sociedade, sendo por sua vez apoiado por 6 Direções, respetivamente lideradas por um Diretor de Topo, com poderes de representação e vinculação da Companhia dentro dos limites dos instrumentos de representação outorgados pelo Conselho de Administração, nas respetivas áreas de atuação.

A fiscalização interna da sociedade encontra-se a cargo do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros efetivos e um suplente, todos independentes, e a fiscalização externa é exercida por uma sociedade de Revisores Oficial de Contas, e um suplente, também independentes, sendo todos eleitos por períodos de 4 anos..

A Assembleia Geral de Acionistas reúne, pelo menos, uma vez por ano, sendo a mesa composta por um Presidente e um Secretário.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

I – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e atividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.
- Incentivar a criação de valor para os acionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

1 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

1.1. **Valor fixo**

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

1.2. **Retribuição variável (anual)**

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objetivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objetivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador Executivo (CEO) e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registe um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objetivos estratégicos estabelecidos pelos acionistas.
- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objetivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

− O cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
− A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objetivos estabelecidos.
− A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador Executivo (CEO): pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador Executivo (CEO) com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, com aprovação da Assembleia Geral.

1.3. **Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento**

Não se encontra estabelecido qualquer plano de diferimento da retribuição variável.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua atividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos acionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

1.4. **Benefícios**

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de saúde, seguro de vida, seguro de acidentes pessoais e plano individual de reforma.

B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar, podendo a Assembleia Geral decidir em contrário perante circunstancias excecionais.

C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, não excederá o montante das remunerações que presumivelmente aquele receberia até ao final do mandato.

II. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efetivos (Presidente e dois vogais) e um suplente.
A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respetivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente, de acordo com as condições do mercado.

III. REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES (Diretores de Topo e Funções Chave)

1. ESTRUTURA DE REMUNERAÇÃO

1.1. Remuneração fixa

A remuneração fixa dos colaboradores está definida pelos respetivos contratos individuais de trabalho, sendo baseada na Regulamentação Coletiva de Trabalho aplicável na Atividade Seguradora.

1.2. Remuneração variável

A atribuição de remuneração variável aos colaboradores depende sempre do desempenho da Companhia, mais concretamente da obtenção de resultados positivos e do cumprimento dos objetivos inicialmente propostos. Cumprido esse pressuposto, os colaboradores poderão participar nos lucros da Companhia.

No caso específico dos Diretores e Titulares de Funções-Chave, o valor anual da remuneração variável será determinado individualmente pela Administração por altura da identificação e discussão de objetivos (qualitativos e quantitativos), a fim de potencializar o compromisso com a Companhia e motivar o desempenho.

Serão considerados, como referência para o cálculo da retribuição variável, os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos a nível da Companhia;
- A avaliação do desempenho individual, que terá ainda em conta, entre outros critérios, a observância da legislação e de outros normativos, o controlo dos diversos riscos inerentes às respetivas funções e o relacionamento com os clientes (externos e internos);

A análise de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculados ao desenvolvimento das funções e das competências individuais.

1.3. Diferimento

Não se prevê o diferimento de qualquer parte da remuneração variável, tendo em conta a atividade desenvolvida pela Companhia – riscos de curto prazo – bem como os critérios de rigor e de prudência em que assenta a definição dos respetivos valores.

IV. APROVAÇÃO, DIVULGAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

A política de remuneração é avaliada e aprovada pelo menos uma vez por ano:

- Pela Assembleia Geral, no que se refere aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
- Pelo Conselho de Administração, no que diz respeito aos Diretores e Titulares de Funções-Chave.

Deve ser divulgada no *site* da Companhia e integrada no Relatório e Contas do Exercício.

Lisboa, 17 de maio de 2017

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Antoine Dominique Parisi

Paula Casa Nova de Almeida Costa

Juan Carlos Guzman Acha

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ATIVO	2016			2015
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
18	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.819.215	-	5.819.215	5.032.570
19	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	23.194.382	-	23.194.382	16.769.978
20	Ativos financeiros detidos para negociação	2.180.260	-	2.180.260	1.885.593
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
21	Ativos disponíveis para venda	32.993.081	-	32.993.081	34.956.889
22	**Empréstimos e contas a receber**	**1.742.291**	**-**	**1.742.291**	**1.982.013**
	Depósitos junto de empresas cedentes	1.742.291	-	1.742.291	1.982.013
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	**-**	**-**	**-**	**-**
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
23	Outros ativos tangíveis	5.533.626	(4.708.485)	825.141	889.486
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
24	Outros ativos intangíveis	1.136.303	(1.071.346)	64.958	54.610
25	**Provisões técnicas de resseguro cedido**	**996**	**-**	**996**	**2.266**
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	2.266
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	996	-	996	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
16 e 26	**Outros devedores por operações de seguros e outras operações**	**9.393.721**	**(453.073)**	**8.940.648**	**8.521.725**
	Contas a receber por operações de seguro direto	4.035.162	(444.455)	3.590.708	1.993.848
	Contas a receber por outras operações de resseguro	2.904.833	-	2.904.833	4.318.730
	Contas a receber por outras operações	2.453.725	(8.619)	2.445.107	2.209.147
27	**Ativos por impostos**	**683.540**	**-**	**683.540**	**1.544.755**
	Ativos por impostos correntes	2.624	-	2.624	331.396
	Ativos por impostos diferidos	680.915	-	680.915	1.213.360
28	Acréscimos e diferimentos	589.480	-	589.480	603.720
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	**83.266.895**	**(6.232.904)**	**77.033.992**	**72.243.606**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

_____
Contabilista Certificado

_____
Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2016	2015
	PASSIVO		
8 e 25	**Provisões técnicas**	**27.776.379**	**29.241.328**
	Provisão para prémios não adquiridos	18.405.051	18.764.422
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	**9.112.084**	**10.266.398**
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	9.112.084	10.266.398
	Provisão para participação nos resultados	259.244	210.508
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	**-**	**-**
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	56.886	53.518
31	**Outros credores por operações de seguros e outras operações**	**3.016.984**	**2.548.717**
	Contas a pagar por operações de seguro direto	119.248	77.743
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	963	142.213
	Contas a pagar por outras operações	2.896.774	2.328.761
27	**Passivos por impostos**	**1.935.730**	**2.267.017**
	Passivos por impostos correntes	1.572.167	1.869.975
	Passivos por impostos diferidos	363.563	397.043
28	Acréscimos e diferimentos	4.126.301	5.177.685
32	Outras provisões	184.102	120.924
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	**37.096.381**	**39.409.189**
	CAPITAL PRÓPRIO		
33	Capital	7.500.000	7.500.000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	3.000.000
33	Reservas de reavaliação	**(2.481.309)**	**(6.851.234)**
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	1.327.898	1.419.874
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	(3.809.207)	(8.271.108)
33	Reserva por impostos diferidos	(338.614)	(362.068)
33	Outras reservas	2.452.391	2.035.135
10 e 33	Resultados transitados	24.106.776	19.645.709
	Resultado do exercício	6.581.270	8.629.837
	Dividendos antecipados	(1.150.000)	(1.000.000)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**39.670.514**	**32.597.380**
34	Interesses minoritários	267.096	237.037
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	**39.937.610**	**32.834.417**
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	**77.033.991**	**72.243.606**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

europ assistance
you live we care

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2016			2015
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**61.239.004**	**-**	**61.239.004**	**71.276.380**
5 e 6	Prémios brutos emitidos	60.870.258	-	60.870.258	71.097.802
5 e 6	Prémios de resseguro cedido	(53.299)	-	(53.299)	(46.344)
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	424.312	-	424.312	259.104
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(2.266)	-	(2.266)	(34.183)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	**(46.953.274)**	**-**	**(46.953.274)**	**(55.709.059)**
5 e 7	Montantes pagos	**(48.108.585)**	**-**	**(48.108.585)**	**(56.738.379)**
	Montantes brutos	(48.166.488)	-	(48.166.488)	(56.772.740)
	Parte dos resseguradores	57.903	-	57.903	34.362
5, 7 e 25	Provisão para sinistros (variação)	**1.155.311**	**-**	**1.155.311**	**1.029.319**
	Montante bruto	1.154.315	-	1.154.315	1.032.319
	Parte dos resseguradores	996	-	996	(3.000)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	**-**	**-**	**-**	**-**
	Montante bruto	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
8 e 25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(156.607)	-	(156.607)	(63.239)
5, 9 e 10	**Custos e gastos de exploração líquidos**	**(10.397.353)**	**-**	**(10.397.353)**	**(12.543.180)**
	Custos de aquisição	(6.095.785)	-	(6.095.785)	(7.280.074)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(64.942)	-	(64.942)	(16.347)
	Gastos administrativos	(4.236.626)	-	(4.236.626)	(5.246.759)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-
5 e 11	**Rendimentos**	**351.222**	**40.742**	**391.964**	**510.008**
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	351.222	40.742	391.964	510.008
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	0
5 e 12	**Gastos financeiros**	**(134.849)**	**(585)**	**(135.434)**	**(86.315)**
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(134.849)	(585)	(135.434)	(86.315)
5 e 13	**Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas**	**666.884**	**-**	**666.884**	**842.143**
	De ativos disponíveis para venda	666.884	-	666.884	842.143
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado			-	-
	De outros	-	-	-	-
5 e 14	**Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas**	**-**	**41.832**	**41.832**	**19.729**
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	41.832	41.832	19.729
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
15	Diferenças de câmbio	64.355	(208.468)	(144.113)	(517.802)
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**-**	**-**	**-**	**-**
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	297.816	-	297.816	411.965
16	Outras provisões (variação)	(111.254)	(7.739)	(118.993)	(1.077.679)
17	Outros rendimentos/gastos	-	2.082.589	2.082.589	1.901.042
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
19	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	1.922.730	1.922.730	5.026.917
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**4.865.945**	**3.871.101**	**8.737.046**	**9.990.909**
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(1.635.709)	(244.564)	(1.880.273)	(1.379.886)
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(211.987)	(211.987)	(57.024)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS	**3.230.236**	**3.414.551**	**6.644.786**	**8.553.999**
34	Interesses minoritários	-	(63.516)	(63.516)	75.838
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.230.236**	**3.351.034**	**6.581.270**	**8.629.837**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

europ assistance
you live we care

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação			Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações acessórias	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio		Reserva legal	Outras reservas					
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2015 (balanço de abertura)	**7.500.000**	**-**	**3.000.000**	**-**	**-**	**1.419.874**	**(8.271.108)**	**(362.068)**	**2.035.135**	**-**	**19.645.709**	**7.629.837**	**32.597.380**	**237.037**	**32.834.417**
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	**Posição financeira de abertura alterada**	7.500.000	-	3.000.000	-	-	1.419.874	(8.271.108)	(362.068)	2.035.135	-	19.645.709	7.629.837	32.597.380	237.037	32.834.417
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados **(1)**	-	-	-	-	-	-	-	-	418.771	-	4.461.066	(4.879.837)	-	-	-
33 e 34	**Resultado líquido do período (2)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.581.270	6.581.270	63.516	6.644.786
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)															
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(91.976)	-	23.454	-	-	-	-	(68.522)	-	(68.522)
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 e 33	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	4.461.900	-	(1.515)	-	-	-	4.460.385	(33.456)	4.426.929
	Diferimento de ganhos e perdas atuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(91.976)**	**4.461.900**	**23.454**	**(1.515)**	**-**	**-**	**6.581.270**	**10.973.133**	**30.060**	**11.003.193**
	Operações com detentores de capital (5)															
	Reembolso de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.750.000)	(2.750.000)	-	(2.750.000)
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.150.000)	(1.150.000)	-	(1.150.000)
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(91.976)**	**4.461.900**	**23.454**	**417.256**	**-**	**4.461.066**	**(2.198.567)**	**7.073.133**	**30.060**	**7.103.193**
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2016	**7.500.000**	**-**	**3.000.000**	**-**	**-**	**1.327.898**	**(3.809.208)**	**(338.614)**	**2.452.392**	**-**	**24.106.776**	**5.431.270**	**39.670.514**	**267.096**	**39.937.610**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Administração

europ assistance
you live we care

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação			Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações acessórias	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio		Reserva legal	Outras reservas					
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2014 (balanço de abertura)	**7.500.000**	**-**	**3.000.000**	**-**	**-**	**2.136.742**	**(2.786.478)**	**(544.869)**	**1.669.678**	**-**	**15.470.396**	**7.844.445**	**34.289.914**	**391.271**	**34.681.185**
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	**Posição financeira de abertura alterada**	7.500.000	-	3.000.000	-	-	2.136.742	(2.786.478)	(544.869)	1.669.678	-	15.470.396	7.844.445	34.289.914	391.271	34.681.185
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados **(1)**	-	-	-	-	-	-	-	-	369.133	-	4.175.313	(4.544.445)	-	-	-
33 e 34	**Resultado líquido do período (2)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.629.837	8.629.837	(75.838)	8.553.999
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)															
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(716.868)	-	182.801	-	-	-	-	(534.066)	-	(534.066)
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 e 33	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	(5.484.630)	-	(3.675)	-	-	-	(5.488.305)	(78.395)	(5.566.700)
	Diferimento de ganhos e perdas atuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(716.868)**	**(5.484.630)**	**182.801**	**(3.675)**	**-**	**-**	**8.629.837**	**2.607.466**	**(154.233)**	**2.453.233**
	Operações com detentores de capital (5)															
	Reembolso de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.300.000)	(3.300.000)	-	(3.300.000)
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000)	(1.000.000)	-	(1.000.000)
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(716.868)**	**(5.484.630)**	**182.801**	**365.458**	**-**	**4.175.313**	**(214.608)**	**(1.692.534)**	**(154.233)**	**(1.846.767)**
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2015	**7.500.000**	**-**	**3.000.000**	**-**	**-**	**1.419.874**	**(8.271.108)**	**(362.068)**	**2.035.135**	**-**	**19.645.709**	**7.629.837**	**32.597.380**	**237.037**	**32.834.417**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral consolidada	2016	2015
	Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários	**6.644.786**	**8.553.999**
	Outro rendimento integral do exercício		
21	Ativos financeiros disponíveis para venda	**(91.976)**	**(716.868)**
	Ganhos e perdas líquidos	(447.080)	(1.141.664)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		
	Imparidade	-	-
	Alienação	355.104	424.796
27	Impostos	23.454	182.801
33	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	4.426.929	(5.566.700)
	Benefícios pós-emprego	-	-
	TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**11.003.193**	**2.453.233**
34	**Atribuível a interesses minoritário**	**30.060**	**(154.233)**
	Atribuível aos acionistas	**10.973.133**	**2.607.466**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em Euros)

MÉTODO DIRETO	2016	2015
Atividade Operacional		
Prémios de seguro direto recebidos	17.870.175	21.604.286
Prémios de resseguro aceite recebidos	42.640.308	50.288.716
Prémios de resseguro cedido pagos	(53.056)	(137.976)
Participação nos resultados paga	(107.870)	(35.275)
Sinistros de seguro direto pagos	(39.071.337)	(46.882.106)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	57.903	34.362
Pagamentos ao pessoal	(13.080.472)	(13.796.767)
Pagamentos a fornecedores	(8.480.791)	(13.419.594)
Outros fluxos de caixa operacionais	3.894.527	4.136.948
Dividendos recebidos	-	-
Juros recebidos	414.925	533.577
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	731.239	979.301
Aquisição de investimentos		
Titulos de rendimento variável	572.373	200.804
Titulos de rendimento fixo	1.070.543	604.710
Juros pagos	-	0
Impostos sobre o rendimento pagos	(1.504.326)	(1.591.507)
Fluxos das Atividades Operacionais	**4.954.141**	**2.519.479**
Atividades de Investimento		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	(500)	-
Dividendos recebidos de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	1.309.763
Aquisiçao de ativos tangíveis e intangíveis	(194.996)	(72.626)
Alienação de ativos tangíveis e intangíveis	38.324	-
Empréstimos pagos por partes relacionadas	-	-
Fluxos das Atividades de Investimento	**(157.172)**	**1.237.137**
Atividades de Financiamento		
Reembolso de prestações suplementares	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(3.900.000)	(4.300.000)
Dividendos pagos a interesses minoritários	(615)	(575)
Fluxo das Atividades de Financiamento	**(3.900.615)**	**(4.300.575)**
Variação de caixa e equivalentes	**896.354**	**(543.959)**
Efeito das diferenças de câmbio	**(109.709)**	**(149.936)**
Caixa e equivalentes no início	**5.032.570**	**5.726.466**
Caixa e equivalentes no fim	**5.819.215**	**5.032.570**
Variação no exercício	**786.645**	**(693.896)**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

3. NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de julho de 1993 e dedica-se ao exercício da atividade de seguros para os ramos de "Assistência"; "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Proteção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.
Até 31 de dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de maio de 2017.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro e da Norma Regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

A Companhia adotou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória que tiveram início a 1 de janeiro de 2015. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e das respetivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira consolidada da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As

áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2016 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 40. Estas Normas serão adotadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmento geográfico a Companhia elegeu os seguintes segmentos:
• Portugal;
• Argentina.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera – denominada moeda funcional. Nas contas consolidadas os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em euros, a moeda funcional da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos das entidades consolidadas pelo método de consolidação integral cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os capitais próprios são mantidos ao seu valor histórico e os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

Em cada data de balanço, o capital próprio das entidades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

c) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Outros ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as

despesas com empregados enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

e) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das Sociedades.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas ou empreendimentos conjuntos utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill”, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os investimentos em filiais são contabilizados pelo método de consolidação integral.

f) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os ativos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;

- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;

- Ativos financeiros a deter até à maturidade: ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;

- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro aceite e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Ativos financeiros a deter até à maturidade" são também permitidas.

v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 12 meses) ou uma desvalorização de 30% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de "default" do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

- Outros ativos - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ASF, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

g) Outros ativos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos

financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Capital social

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

j) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

k) Contratos de seguro

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia a aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afetar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Direto e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver nota 9).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflete a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objetivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método "Pró-rata temporis" aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de dezembro de 2016, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 7% dos prémios não adquiridos (2015: 7%).

- **Provisão para sinistros**

Reflete a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e os custos com sinistros do exercício. Este rácio é analisado perante a estimativa de alterações na estrutura de despesas existentes e ajustado, sendo aplicado à provisão para sinistros declarados do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de dezembro de 2016 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2016 (2015: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2015). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro direto e de 4% para o resseguro aceite (2015: 4% dos custos do exercício para o seguro direto e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflete a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

l) Resseguro

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro (ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a

recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos ativos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) vigente para o setor segurador (assinado em 23 de dezembro de 2011, entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional), a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Estes empregados beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social.

Este benefício é financiado através de um fundo de pensões Multireforma de Capital Garantido do GNB Fundos de Pensões.

ii) Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo.

iii) Bónus de desempenho

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

iv) Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

q) Locações

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 –

Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da Companhia e as suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e resseguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros fatores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 25.

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e

outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 10.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 21.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela empresa-mãe e das restantes entidades portuguesas individuais dentro do perímetro de consolidação durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

e) Prémios brutos emitidos

Os prémios de seguro direto e resseguro aceite do último mês do ano (dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de dezembro de 2016, pela Companhia, ascendeu a 4.260 milhares de euros (mês de dezembro de 2015: 4.573 milhares de euros).

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas incluídas no perímetro de consolidação e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

2016

Nome/Sede	Classificação	Participação direta	Direito de voto	Participação efetiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,96%	99,96%	99,96%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 1149 - 9º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Avenida Andrés Bello N° 2115 - piso 2, Providencia - Santiago	Empresa associada	d)	25,50%	25,50%	Equivalência patrimonial

2015

Nome/Sede	Classificação	Participação direta	Direito de voto	Participação efetiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,90%	99,90%	99,90%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 1149 - 9º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Avenida Andrés Bello N° 2115 - piso 2, Providencia - Santiago	Empresa associada	d)	25,50%	25,50%	Equivalência patrimonial

a) A constituição da empresa em abril 1998 teve como objetivo principal a presença num novo mercado que se perspetiva com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer atividade.

b) A EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. é detida pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. em 50%.

A EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. detém participações nas seguintes Sociedades:

	Percentagem de participação	
	2016	2015
Participações detidas diretamente		
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.	100%	100%
Participações detidas indiretamente		
CEABS Serviços, S.A.	100%	100%

c) A Europ Assistance Argentina, S.A. é detida em 56,10% pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda..

d) A Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. detém uma participação efetiva de 25,50% (2015: 25,50%) na Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile).

A Europ Assistance, S.A. (Chile) detém 100% da Europ Servicios Spa (Chile).
Em 26 de maio de 2015 a Europ Assistance, S.A. (Chile) constituiu uma nova sucursal detida em 100% no Perú. A Europ Assistance S.A. Sucursal do Perú iniciou as suas operações em 16 de junho de 2015.

No exercício de 2015 foi realizado o montante de 105.576,94 Euros relativo ao aumento de capital subscrito no exercício de 2011.

De seguida são apresentados os principais dados financeiros das Sociedades consolidadas:

2016

Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	47.052.055	28.805.597	18.246.458	44.878.246	5.625.799
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	4.219.039	2.952.480	1.266.558	4.740.501	860.610
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	23.814.539	15.027	23.799.512	-	1.996.859
Europ Assistance Macau, Lda.	60.968	532	60.436	-	60
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	45.474.026	2.921	45.471.105	-	3.563.710
Europ Assistance Argentina, S.A.	7.273.301	6.707.401	565.900	16.949.797	143.843
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	5.287.696	3.488.365	1.799.330	8.906.173	552.451

* Inclui o resultado líquido do exercício

2015

Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	49.500.382	32.911.202	16.589.181	54.096.786	4.187.610
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	3.793.864	2.772.916	1.020.948	4.568.206	618.500
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	18.658.751	20.363	18.638.387	-	4.913.606
Europ Assistance Macau, Lda.	59.013	515	58.498	-	59
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. **	33.010.053	19.250	32.990.803	-	9.901.388
Europ Assistance Argentina, S.A.	5.460.438	4.962.872	497.565	18.647.568	(174.285)
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	3.367.058	2.290.290	1.078.064	7.714.318	298.915

* Inclui o resultado líquido do exercício
** As contas individuais destas entidades foram reexpressas em 2015 pelo ajustamento no resultado líquido da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de julho de 1993 e dedica-se ao exercício da atividade de seguros para os ramos de ”Assistência“; ”Acidentes pessoais“, ”Doença“, ”Responsabilidade Civil Geral”, ”Mercadorias transportadas“, ”Perdas pecuniárias diversas“ e ”Proteção Jurídica“, para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Até 31 de dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em 03 de fevereiro de 1993 e tem a sua sede social na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75 – 10º, 1070-061 Lisboa.

A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência personalizados, a pessoas ou sociedades, no domínio da assistência no lar, na sociedade e em viagem (principalmente automóvel) e em quaisquer outras circunstâncias, bem como a prestação de serviços de atendimento telefónico e o fornecimento de produtos e a execução de trabalhos que se afigurem conexos ou complementares com a referida assistência.

A Ponte Alta – SGPS, Unipessoal, Lda. é uma sociedade por quotas constituída em 4 de junho de 1996, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75 – 10º, 1070-061 Lisboa. A sociedade tem por objeto a gestão de participações noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Europ Assistance Macau, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 7 de março de 1998, com sede na Av. Dr. Mário Soares, nº 323 em Macau. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência personalizados.

A EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 4 de fevereiro de 2009, com sede na Alameda Tocatins 0125 - 8º São Paulo - Brasil. A sociedade tem por objeto a :

a) Organização e gestão de serviços de credenciamento e filiação de serviços de assistência a pessoas e domicílios;

b) Organização e gestão de serviços de assistência em viagem, tanto no Brasil quanto no exterior;

c) Prestação de serviços de natureza complementar e afim; e

d) Participação no capital de outras sociedades.

A Europ Assistance Argentina, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 5 de março de 1997, com sede na Carlos Pellegrini 1163 - 9º Buenos Aires - Argentina. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência no mercado argentino e em outros mercados da América Latina Central, como é o caso da Venezuela.

A Europ Asssistance, S.A. y Filial (Chile) é uma sociedade anónima constituída em 13 de agosto de 2004, com sede em Av. Andrés Bello 2115 Piso 2, Providencia, Santiago do Chile - Chile. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência médica, em viagem, a veículos e lar, a pessoas e empresas no mercado chileno.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS EM 2016 E 2015

No exercício de 2015, a EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A.. aprovou um aumento de capital social da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. através da integração de 3.197.802 ações da participada CEABS Serviços S.A., em virtude desta integração de ações a Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. passou a deter diretamente 100% do capital social da participada CEABS Serviços S.A..

5. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Nos exercícios de 2016 e 2015, os prémios brutos emitidos ascenderam a 60.870.258 euros e 71.097.802 euros, respetivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal e Argentina.

O relato por segmentos de negócio em 2016 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	17.100	18.215	8.046	1.809	(7.779)
Responsabilidade civil geral	2.111	2.320	373	242	(1.643)
Proteção jurídica	921.323	928.015	536.129	96.158	-
Assistência	58.023.971	59.289.503	45.689.994	10.149.426	13.551
Perdas pecuniárias diversas	1.905.754	1.056.517	777.631	149.718	(795)
TOTAL GERAL	60.870.258	61.294.570	47.012.173	10.397.353	3.334

O resultado de resseguro é em 2016 um ganho para a Companhia.

O relato por segmentos de negócio em 2015 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	20.602	22.140	7.725	2.625	(7.926)
Responsabilidade civil geral	2.435	2.554	536	(27)	(3.901)
Proteção jurídica	1.094.904	1.137.624	806.721	154.754	(13.070)
Assistência	68.788.960	68.899.381	54.169.315	12.179.977	-
Perdas pecuniárias diversas	1.190.902	1.295.207	756.124	205.851	(24.268)
TOTAL GERAL	71.097.802	71.356.906	55.740.421	12.543.180	(49.165)

O resultado de resseguro é em 2015 uma perda para a Companhia.

O resultado técnico, os ativos e passivos por segmento de negócio em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

	2016			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	61.239.004	928.015	59.245.625	1.065.364
Resultado dos investimentos*	947.611	19.435	905.864	22.312
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(46.953.274)	(536.129)	(45.632.567)	(784.579)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(10.553.960)	(96.158)	(10.306.033)	(151.769)
Outros rendimentos e gastos	186.563	-	186.563	-
Resultado técnico	4.865.944	315.164	4.399.451	151.329
Ativos afetos à representação das provisões técnicas**	37.857.702	1.365.994	33.209.600	3.282.108
Provisões técnicas**	25.136.939	907.000	22.050.670	2.179.270

* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.
** Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

	2015			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	71.276.380	1.137.624	68.864.865	1.273.891
Resultado dos investimentos*	1.352.431	28.347	1.292.341	31.743
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(55.709.059)	(806.721)	(54.159.066)	(743.272)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(12.606.419)	(154.754)	(12.243.217)	(208.449)
Outros rendimentos e gastos	(669.014)	-	(669.014)	-
Resultado técnico	3.644.318	204.497	3.085.909	353.913
Ativos afetos à representação das provisões técnicas**	38.922.822	1.627.836	35.399.736	1.895.250
Provisões técnicas**	27.695.553	1.158.287	25.188.699	1.348.566

* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.
** Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o resultado técnico por segmento geográfico e por negócio é o seguinte:

	2016			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	45.246.993	928.015	43.253.614	1.065.364
Argentina	15.992.011	-	15.992.011	-
	61.239.004	928.015	59.245.625	1.065.364
Resultado dos investimentos				
Portugal	947.611	19.435	905.864	22.312
Argentina	-	-	-	-
	947.611	19.435	905.864	22.312
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(35.611.658)	(536.129)	(34.290.951)	(784.579)
Argentina	(11.341.616)	-	(11.341.616)	-
	(46.953.274)	(536.129)	(45.632.567)	(784.579)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos				
Portugal	(6.506.494)	(96.158)	(6.258.567)	(151.769)
Argentina	(4.047.466)	-	(4.047.466)	-
	(10.553.960)	(96.158)	(10.306.033)	(151.769)
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	292.276	-	292.276	-
Argentina	(105.713)	-	(105.713)	-
	186.563	-	186.563	-
Resultado técnico				
Portugal	4.368.728	315.164	3.902.235	151.329
Argentina	497.216	-	497.216	-
	4.865.944	315.164	4.399.451	151.329

	2015			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	54.275.364	1.137.624	51.863.849	1.273.891
Argentina	17.001.016	-	17.001.016	-
	71.276.380	1.137.624	68.864.865	1.273.891
Resultado dos investimentos				
Portugal	1.352.431	28.347	1.292.341	31.743
Argentina	-	-	-	-
	1.352.431	28.347	1.292.341	31.743
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(43.709.229)	(806.721)	(42.159.236)	(743.272)
Argentina	(11.999.830)	-	(11.999.830)	-
	(55.709.059)	(806.721)	(54.159.066)	(743.272)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos				
Portugal	(8.752.385)	(154.754)	(8.389.183)	(208.449)
Argentina	(3.854.034)	-	(3.854.034)	-
	(12.606.419)	(154.754)	(12.243.217)	(208.449)
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	441.463	-	441.463	-
Argentina	(1.110.476)	-	(1.110.476)	-
	(669.014)	-	(669.014)	-
Resultado técnico				
Portugal	3.607.642	204.497	3.049.233	353.913
Argentina	36.676	-	36.676	-
	3.644.318	204.497	3.085.909	353.913

6. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

	2016			
Ramo técnico	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	9.888	7.212	(7.779)	9.321
Responsabilidade civil geral	2.111	-	(1.643)	468
Proteção jurídica	772	920.551	-	921.323
Assistência	17.589.603	40.434.366	(43.877)	57.980.092
Perdas pecuniárias diversas	1.899.979	5.775	-	1.905.754
	19.502.354	41.367.904	(53.299)	60.816.958
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(950.296)	1.374.608	(2.266)	422.046
	18.552.058	42.742.512	(55.566)	61.239.004

	2015			
Ramo técnico	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	11.634	8.968	(7.926)	12.676
Responsabilidade civil geral	2.435	-	(3.901)	(1.466)
Proteção jurídica	1.413	1.093.491	-	1.094.904
Assistência	18.943.510	49.845.449	(34.517)	68.754.443
Perdas pecuniárias diversas	1.184.251	6.652	-	1.190.902
	20.143.243	50.954.560	(46.344)	71.051.459
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	94.265	164.839	(34.183)	224.921
	20.237.507	51.119.399	(80.527)	71.276.380

7. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2016			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos				
Prestações	8.814.161	27.491.368	(57.903)	36.247.625
Custos de gestão de sinistros imputados	3.383.438	8.477.522	-	11.860.960
Provisão para sinistros (variação)	985.694	(2.140.009)	(996)	(1.155.311)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	13.183.293	33.828.880	(58.899)	46.953.274

	2015			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos				
Prestações	10.066.630	32.628.443	(34.362)	42.660.710
Custos de gestão de sinistros imputados	4.457.433	9.620.235	-	14.077.668
Provisão para sinistros (variação)	(581.820)	(450.499)	3.000	(1.029.319)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	13.942.243	41.798.178	(31.362)	55.709.059

Ver Nota 9 com detalhe dos custos imputados às funções.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2016			2015		
Conta Técnica	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Prémios adquiridos	18.552.058	42.742.512	61.294.570	20.237.507	51.119.399	71.356.906
Proveitos técnicos	18.552.058	42.742.512	61.294.570	20.237.507	51.119.399	71.356.906
Custos com sinistros	13.183.293	33.828.880	47.012.174	13.942.243	41.798.178	55.740.421
Participação nos resultados	(93.999)	250.606	156.607	(15.886)	79.125	63.239
Custos de exploração	4.428.766	5.968.587	10.397.353	4.380.673	8.162.506	12.543.180
Custos técnicos	17.518.060	40.048.073	57.566.133	18.307.030	50.039.810	68.346.840
Resultado financeiro	80.527	1.271.903	1.352.431	80.527	1.271.903	1.352.431
Margem técnica	1.114.525	3.966.342	5.080.867	2.011.004	2.351.492	4.362.497
Rácio de sinistralidade (1)	71,1%	79,1%	76,7%	68,9%	81,8%	78,1%
Rácio de despesas (2)	23,4%	14,6%	17,2%	21,6%	16,1%	17,7%
Rácio combinado (3)	94,4%	93,7%	93,9%	90,5%	97,9%	95,8%
Rácio operacional (4)	94,0%	90,7%	91,7%	90,1%	95,4%	93,9%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

8. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efetuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 25).

	2016			
Ramos técnicos	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	210.508	(107.870)	156.607	259.244
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	210.508	(107.870)	156.607	259.244

	2015			
Ramos técnicos	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	182.544	(35.275)	63.239	210.508
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	182.544	(35.275)	63.239	210.508

9. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2016	2015
Custos de aquisição		
Comissões de mediação e de resseguro aceite	1.659.494	1.512.785
Custos imputados	4.436.292	5.767.288
Total de custos de aquisição	6.095.785	7.280.074
Custos de aquisição diferidos (variação)	64.942	16.347
Custos administrativos		
Custos imputados	4.236.626	5.246.759
Total de custos administrativos	4.236.626	5.246.759
Custos e gastos de exploração líquidos	10.397.353	12.543.180

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de aquisição, a Custos administrativos, a Custos com sinistros e a Custos associados à gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2016 foi consistente com aquela adotada em 2015.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2016	2015
Custos com sinistros	11.860.960	14.077.668
Custos de aquisição	4.436.292	5.767.288
Custos administrativos	4.236.626	5.246.759
Custos de gestão dos investimentos	134.849	73.473
Total	20.668.726	25.165.189

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2016	2015
Custos com o pessoal	13.668.960	16.866.781
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	527.134	1.125.095
Publicidade e propaganda	719.147	833.918
Deslocações, estadas e despesas de representação	238.128	312.002
Trabalhos especializados	671.599	748.198
Comunicações	290.348	480.017
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	401.634	468.815
Outras rendas e alugueres	179.508	246.091
Conservação e reparação	596.602	509.412
Electricidade	139.929	175.107
Seguros	151.991	310.424
Limpeza, higiene e conforto	69.476	76.324
Avenças e honorários	158.908	226.960
Outros	1.375.946	1.343.965
	5.520.350	6.856.328
Impostos e taxas	1.095.337	1.075.069
Amortizações/depreciações do exercício:		
Ativos intangíveis	43.707	54.043
Ativos tangíveis	205.523	239.495
	249.230	293.538
Comissões de administração de valores (investimentos)	134.849	73.473
	20.668.726	25.165.189

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2016	2015
Remunerações		
- dos órgãos sociais	328.955	662.020
- do pessoal	6.873.487	7.468.024
Encargos sobre remunerações	1.586.238	1.686.294
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	106.205	201.206
- Planos de benefícios definidos	-	
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	7.695	24.014
Seguros obrigatórios	680.214	742.411
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	230.342	1.416.816
Custos com pessoal (Companhia)	9.813.137	12.200.784
Custos com pessoal (Argentina)	3.855.823	4.665.997
	13.668.959	16.866.781

Em 31 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração é composto por 5 elementos, dos quais 1 com funções executivas (Paula Casa Nova de Almeida Costa).

Em 31 de dezembro de 2015 o Conselho de Administração é composto por 4 elementos, dos quais 1 com funções executivas (Manrico Iachia).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2016 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 328.955 euros (2015: 662.020 euros). No exercício de 2016 os Administradores executivos Paula Casa Nova de Almeida Costa e Manrico Iachia auferiram remunerações no montante de 89.000 euros e 215.955 euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2016 o Administrador executivo Manrico Iachia cessou funções. No exercício de 2015 os Administradores executivos Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga auferiram remunerações no montante de 454.520 euros e 179.500 euros, respetivamente. A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no montante de 72.910 euros (2015: 68.626 euros) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 3.283 euros (2015: 7.985 euros).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia teve, em média, 514 e 563 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2016	2015
Dirigentes executivos	2	2
Quadros superiores	10	11
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente qualificados	48	48
Profissionais qualificados	245	258
Total da Companhia	311	326
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	63	78
Europ Assistance Argentina, S.A.	140	159
	514	563

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2016 e 2015:

Categoria Profissional	2016	2015
Administrador	2	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	5	4
Director Adjunto	3	5
Chefe de Serviços	2	2
Gestor Técnico	5	4
Secretárias	4	5
Coordenador Operacional	10	18
Especialista Operacional	76	234
Programador Informática	1	-
Assistente Operacional	22	7
Gestor Operacional	1	-
Assistente Operacional Estagiário	7	23
Escriturário Estagiario	1	-
Escriturário IX	98	-
Escriturário X	58	-
Sub-Chefe Secção	9	18
Total da Companhia	325	323
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	47	71
Europ Assistance Argentina, S.A.	147	142
	519	536

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados (Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.) e na rubrica e "Outros gastos" (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A., Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.). Durante o ano de 2016 foram faturados 62.000 euros (2015: 62.000 euros) para efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos à ASF.

O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2016 (2015: 11.000 euros).

10. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo – ver nota 9.

Benefícios pós-emprego:

Plano de Reforma Individual (PIR)

De acordo com o n.º 1 da clausula 48º do novo CCT, "todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho". Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da clausula 48º "o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma".

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiada a 31 de dezembro de 2011 sendo transferido para um plano individual de reforma.

Plano de contribuição definida

No exercício de 2016 e 2015 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 111.474 euros e 217.913 euros, respetivamente.

No exercício de 2016 e 2015 a quantia dos ativos do plano de contribuição definida é de 1.592.354 euros e de 3.920.879 euros, respetivamente. No exercício de 2016 e 2015 a rentabilidade efetiva agregada do novo fundo foi de 2,94% e de -0,83%, respetivamente.

Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula,

prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;

b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;

c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

11. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de ativos são analisados como segue:

	2016	2015
Rendimentos		
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Juros	252.634	366.727
Dividendos	29.698	
Ativos financeiros detidos para negociação		
Juros	11.737	20.853
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Juros	68.890	79.876
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	29.005	42.553
	391.964	510.008

12. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 9) no valor de 134.849 euros (2015: 73.473 euros).

	2016	2015
Gastos de investimentos		
Custos imputados - ver nota 9 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	134.849	73.473
	134.849	73.473
Outros gastos financeiros	585	12.842
	585	12.842
	135.434	86.315

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2016 e 2015, como segue:

	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	569.003	352.967
Ações e outros títulos de rendimento variável	97.881	489.176
	666.884	842.143

14. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2016 e 2015, os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresentam a seguinte decomposição:

	2016	2015
Ganhos líquidos de ativos financeiros detidos para negociação	41.832	19.729
	41.832	19.729

15. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2 e é analisada com segue:

	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.355	137.159
	64.355	137.159
Diferenças de câmbio favoráveis	157	84
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(208.625)	(655.045)
	(208.468)	(654.961)
	(144.113)	(517.802)

A rubrica “Diferenças de câmbio” relacionados com Ativos financeiros disponíveis para venda respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos ativos financeiros.

16. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efetuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2016 e 2015 a variação decompõem-se como segue:

	2016	2015
Outras provisões (variação)		
Tomadores de seguros	(111.254)	(1.080.978)
Outros devedores	(7.739)	3.300
	(118.993)	(1.077.679)

17. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2016 e 2015 a rubrica "Outros rendimentos/gastos" apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outros rendimentos		
Rendimentos e ganhos financeiros	153.344	366.915
Ganhos em outros ativos tangíveis	11.893	-
Restituição de impostos	909	2.928
Outros rendimentos não técnicos:		
Prestações de serviços:		
Mercado interno		
Serviços "Call Center", Assistência Automóvel e outros	4.020.014	4.016.664
Assistência a pedido	293.746	224.056
Mercado externo		
Serviços de "Call Center", Gestão de frota, Assistência Automóvel, gestão e assistência técnica (b)	1.519.765	2.211.310
Assistência a pedido (a)	374.474	266.941
Subsídios à exploração:		
Medidas de estímulo e incentivo ao emprego	-	14.105
Outros	-	7.215
	6.374.144	7.110.132
Outros gastos		
Gastos e perdas não correntes	(17.350)	(24.574)
Outros gastos	(789)	(875)
Gastos e perdas financeiras	(30.126)	(75.957)
Outros gastos não técnicos:		
Custos com pessoal	(1.581.593)	(2.144.229)
Fornecimentos e serviços externos	(2.552.664)	(2.852.012)
Impostos e taxas	(57.880)	(91.315)
Depreciações e amortizações do exercício	(51.151)	(20.126)
	(4.291.555)	(5.209.090)
	2.082.589	1.901.042

(a) No exercício de 2016 existe um aumento de 3,77% das prestações de serviços explicado essencialmente pelo aumento do volume das prestações de serviços – assistências a pedido comercializadas no mercado externo. (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

(b) No exercício de 2016, a rubrica "Outros rendimentos: Prestações de serviços – Mercado externo" inclui um montante relativo aos contratos de prestação de serviços celebrados com a filial EA Brasil e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 517.739 euros (2015: 517.739 euros) e 43.301 euros (2015: 43.174 euros), respetivamente. No exercício de 2016 verificou-se um decréscimo de 58% da atividade de prestação de serviços da EA Argentina.

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo da rubrica "Caixa e seus equivalentes" em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Caixa	14.798	11.360
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.804.417	5.021.210
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.819.216	5.032.570

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de depósitos imediatamente mobilizáveis inclui um valor de 28.845.160 pesos argentinos (correspondentes a 1.739.284 Euros) relativos a: um fundo comum denominado Alpha Ahorro "A" (22.517.389 pesos argentinos), um fundo comum denominado Alpha Renta Fija Global USD (3.142.771 pesos argentinos) e a certificados de dívida pública Bonad US$2017 (3.185.000 pesos argentinos).

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de depósitos imediatamente mobilizáveis inclui um valor de 7.984.434 pesos argentinos (correspondentes a 563.932 Euros) relativos a: um fundo comum denominado Alpha Ahorro "A" (1.505.966 pesos argentinos), um depósito a prazo I.C.B.C. (2.505.268 pesos argentinos) e a certificados de dívida pública Bonad 2016 (3.973.200 pesos argentinos).

19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 33).

Os investimentos financeiros nas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se valorizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:		
Associadas:		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	25,50%	458.829
Empreendimentos conjuntos:		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	22.735.553
		23.194.382

	2015	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:		
Associadas:		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	25,50%	274.576
Empreendimentos conjuntos:		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	16.495.402
		16.769.978

Os dados financeiros das empresas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como segue:

2016

Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	45.474.026	2.921	45.471.105	-	3.563.710
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	5.287.696	3.488.365	1.799.330	8.906.173	552.451

* Inclui o resultado líquido do exercício

2015

Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.**	33.010.053	19.250	32.990.803	-	9.901.388
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	3.367.058	2.290.290	1.078.064	7.714.318	298.915

* Inclui o resultado líquido do exercício

** Os valores apresentados refletem os ajustamentos nos resultados referentes ao mês de Dezembro da participada CEABS e dos auditores da EABSA.

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indiretamente pela Companhia, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a participação na EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil) reflete um *goodwill* de 4.621.745 euros e 3.677.180 euros, respetivamente.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 e 2015 são analisados como segue:

	2016	2015
Saldo inicial dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	274.576	224.219
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	16.495.402	18.219.432
	16.769.978	18.443.651
Aumentos de capital		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício anterior		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	-	(1.309.763)
Resultado líquido do exercício		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	140.875	76.223
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	1.781.855	4.950.694
Atualização cambial		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (*goodwill)*	944.565	(1.245.631)
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (*participação)*	3.513.731	(4.119.330)
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	43.378	(25.866)
Saldo final dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	458.829	274.576
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	22.735.553	16.495.402
	23.194.382	16.769.978

20. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. aplica os seus excedentes de tesouraria essencialmente, em títulos de rendimento fixo, com maturidade entre 1 e 5 anos, com o objetivo de gerar rendimento no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação" apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Unidades de participação	50.105	96.782
Obrigações de dívida pública	371.533	374.459
Obrigações de outros emissores	1.758.622	1.414.352
	2.180.260	1.885.593

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta Sociedade apresenta o seguinte movimento na rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação":

	2016	2015
Ativos financeiros detidos para negociação		
Saldo inicial	1.885.593	1.807.221
Aquisições	1.131.169	1.341.110
Alienações	(873.774)	(1.262.854)
Revalorizações de justo valor	36.907	12.254
Revalorizações de custo amortizado	366	(12.138)
Saldo final	2.180.260	1.885.593

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os títulos de rendimento fixo apresentam um montante de juro a receber de 9.442 euros e 5.057 euros, respetivamente (nota 28).

21. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados(*)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	5.112.270	38.151	-	395.387	-	5.545.808
De outros emissores públicos	2.404.782	1.322	-	42.806	42.548	2.491.458
De outros emissores	21.142.194	34.299	-	115.283	21.807	21.313.583
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	2.867.810	-	-	774.422	-	3.642.232
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	31.527.056	73.772	-	1.327.898	64.355	32.993.081

	2015					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados(*)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	6.887.772	51.225	-	432.903	-	7.371.900
De outros emissores públicos	1.546.156	1.315	-	6.578	-	1.554.049
De outros emissores	21.416.827	56.379	-	106.243	137.159	21.716.607
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.440.183	-	-	874.150	-	4.314.332
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	33.290.938	108.918	-	1.419.874	137.159	34.956.889

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável.

(*) Em 2016 e 2015, o montante de 64.355 euros e 137.159 euros, respetivamente reconhecido em resultados resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver nota 15).

É efetuada também uma análise de maturidade dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)

2016	**< 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**> 5 anos**	**S/maturidade**	**Total**
Ativos disponíveis para venda	781	3.903	14.715	9.953	3.642	**32.993**

(em milhares de euros)

2015	**< 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**> 5 anos**	**S/maturidade**	**Total**
Ativos disponíveis para venda	142	3.522	13.772	13.206	4.314	**34.957**

Ver nota 36 para efeitos de classificação dos ativos nos níveis definidos na IFRS 7.

22. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica "Empréstimos e contas a receber" corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2016 e 2015 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 1.742.291 euros e 1.982.013 euros, respetivamente.

23. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objetiva que o valor escriturado dos ativos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 são analisados como segue:

	2016							
	Saldo inicial			Transferências		Depreciações do exercício		Saldo final
RUBRICAS	Valor bruto	Depreciações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Equipamento administrativo	758.335	679.715	12.608	4.040	-	25.251	2.882	64.821
Máquinas e ferramentas	354.977	275.800	17.580	-	-	14.451	-	82.307
Equipamento informático	1.213.827	1.048.146	130.641	60.683	-	99.387	47.438	183.691
Instalações interiores	935.669	753.999	2.710	14.632	-	47.097	10.335	132.986
Material de transporte	35.390	35.390	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	25.785	25.243	-	-	-	181	-	361
Outras imobilizações corpóreas	310.956	68.481	-	-	38.324	1.307	11.893	214.736
Despesas em edifícios arrendados	1.819.791	1.678.472	41.165	8.129	-	33.387	5.271	146.239
Total	5.454.731	4.565.244	204.704	87.484	38.324	221.060	77.819	825.141

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como segue:

	2015							
	Saldo inicial			Transferências		Depreciações do exercício		Saldo final
RUBRICAS	Valor bruto	Depreciações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Equipamento administrativo	754.637	660.777	13.194	9.497	-	26.000	7.063	78.621
Máquinas e ferramentas	289.028	255.324	65.949	-	-	20.476	-	79.177
Equipamento informático	1.288.490	1.055.970	64.008	138.670	-	107.085	114.909	165.682
Instalações interiores	928.529	706.820	38.660	31.520	-	72.367	25.189	181.671
Material de transporte	35.390	35.390	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	25.785	25.062	-	-	-	181	-	542
Outras imobilizações corpóreas	310.956	67.174	-	-	-	1.307	-	242.475
Despesas em edifícios arrendados	1.822.571	1.659.078	14.602	17.382	-	32.204	12.810	141.319
Total	5.455.386	4.465.594	196.413	197.069	-	259.621	159.970	889.486

No exercício de 2016 e 2015, o reforço das depreciações do exercício encontra-se refletido nas rubricas de custos imputados por natureza em 205.523 euros e 239.495 euros, respetivamente (nota 9) e na rubrica "Outros gastos – depreciações do exercício" em 15.537 euros e 20.126 euros, respetivamente (nota 17).

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

24. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 são analisados como segue:

	2016							
	Saldo inicial			Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final
Rubricas	Valor bruto	Amortizações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	1.046.635	992.025	89.668	-	-	79.321	-	64.958
Total	1.046.635	992.025	89.668	-	-	79.321	-	64.958

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2015 são analisados como segue:

	2015							
	Saldo inicial			Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final
Rubricas	Valor bruto	Amortizações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	973.352	937.981	73.281	-	-	54.043	-	54.610
Total	973.352	937.981	73.281	-	-	54.043	-	54.610

No exercício de 2016 o reforço das amortizações do exercício encontra-se refletido nas rubricas de custos imputados por natureza em 43.707 euros (nota 9) e na rubrica “Outros gastos – depreciações do exercício” em 35.614 euros (nota 17).

Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

25. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	18.405.051	-	18.405.051	18.764.422	(2.266)	18.762.155
Provisão para sinistros	9.112.084	(996)	9.111.088	10.266.398	-	10.266.398
Provisão para participação nos resultados	259.244	-	259.244	210.508	-	210.508
Total de provisões técnicas	27.776.379	(996)	27.775.383	29.241.328	(2.266)	29.239.061

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é refletida no ativo, sendo ambas analisadas como segue:

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	5.280	-	5.280	6.328	-	6.328
Responsabilidade civil geral	328	-	328	527	-	527
Proteção jurídica	378.509	-	378.509	383.644	-	383.644
Assistência	15.889.950	-	15.889.950	17.084.823	-	17.084.823
Perda pecuniárias diversas	2.130.985	-	2.130.985	1.289.099	(2.266)	1.286.832
Provisão para prémios não adquiridos	18.405.051	-	18.405.051	18.764.422	(2.266)	18.762.155

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.456.485 euros (2015: 1.794.677 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2015: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 10% (2015: 10%) aplicada à provisão para sinistros declarados do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é analisada como segue:

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	1.720	-	1.720	5.340	-	5.340
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	461.376	-	461.376	675.957	-	675.957
Assistência	6.723.235	(996)	6.722.239	7.146.702	-	7.146.702
Perda pecuniárias diversas	13.253	-	13.253	14.092	-	14.092
Sub-total	7.199.584	(996)	7.198.588	7.842.091	-	7.842.091
Provisão para IBNR	1.456.485	-	1.456.485	1.794.677	-	1.794.677
Provisão para gestão de sinistros	456.014	-	456.014	629.631	-	629.631
Total da provisão para sinistros	9.112.083	(996)	9.111.087	10.266.398	-	10.266.398

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a provisão para sinistros da Europ Assistance Argentina, S.A. ascende a 2.639.440 euros e 1.545.775 euros, respetivamente.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos na Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2015 (1)	Sinistros* pagos em 2016 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2016 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	5.874	2.180	660	(3.034)
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	743.553	373.400	302.826	(67.326)
Assistência	6.161.019	4.618.857	694.048	(848.114)
Perdas pecuniárias diversas	15.500	13.619	112	(1.769)
Total	6.925.946	5.008.057	997.646	(920.244)

* Sinistros ocorridos no ano de 2015 e anteriores.

	Provisão para sinistros em 31.12.2014 (1)	Sinistros* pagos em 2015 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2015 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	1.034	600	1.980	1.546
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	816.116	509.202	363.175	56.261
Assistência	6.547.526	4.566.425	398.249	(1.582.852)
Perdas pecuniárias diversas	172.045	6.289	-	(165.756)
Total	7.536.721	5.082.516	763.404	(1.690.801)

* Sinistros ocorridos no ano de 2014 e anteriores.

Nota: Valores anunciados referem-se apenas à entidade Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de dezembro de 2016 é analisada como segue:

	2016			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	9.880	1.829	(3.663)	8.046
Responsabilidade civil geral	-	373	-	373
Proteção jurídica	614.322	167.959	(246.152)	536.129
Assistência	35.046.130	11.542.094	(898.229)	45.689.995
Perda pecuniárias diversas	635.197	148.705	(6.271)	777.631
Total	36.305.529	11.860.960	(1.154.315)	47.012.174

A determinação dos custos com sinistros a 31 de dezembro de 2015 é analisada como segue:

	2015			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	720	2.076	4.929	7.725
Responsabilidade civil geral	-	536	-	536
Proteção jurídica	681.217	190.599	(65.094)	806.721
Assistência	41.256.380	13.715.709	(802.773)	54.169.315
Perda pecuniárias diversas	756.756	168.749	(169.381)	756.124
Total	42.695.072	14.077.668	(1.032.319)	55.740.421

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é refletida no passivo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é analisada como segue:

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	259.244	-	259.244	210.508	-	210.508
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	259.244	-	259.244	210.508	-	210.508

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2016			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	210.508	(107.870)	156.607	259.244
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	210.508	(107.870)	156.607	259.244

	2015			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	182.544	(35.275)	63.239	210.508
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	182.544	(35.275)	63.239	210.508

26. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto		
Contas em cobrança	4.035.162	2.354.303
Ajustamentos	(444.455)	(360.455)
	3.590.708	1.993.848
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Ressegurados	2.879.213	4.294.617
Resseguradores	25.621	24.113
Ajustamentos	-	-
	2.904.833	4.318.730
Contas a receber por outras operações		
Refaturações a segurados	28.848	25.255
Outros devedores (a)	2.424.877	2.202.592
Ajustamentos	(8.619)	(18.700)
	2.445.107	2.209.147
TOTAL GERAL	8.940.648	8.521.725

(a) Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Chile no valor de 21.647 Euros (ver Nota 17). Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da Companhia à EA Brasil no valor de 105.437 euros (ver nota 17).

27. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2016 foi apurado com base na taxa nominal de IRC de 21% (2015: 21%), aplicável à matéria coletável da Companhia. A esta taxa acresce a derrama municipal aplicável ao lucro tributável, a qual ascende a 1,5% (2015: 1,5%). Adicionalmente, foi ainda considerada uma taxa de 3% de derrama estadual sobre o lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devidos essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2016 e 2015, desagrega-se da seguinte forma:

	2016	2015
Imposto do exercício	1.880.273	1.379.886
Imposto diferido	211.987	57.024
Impostos sobre lucros	2.092.260	1.436.910

No exercício de 2016 e 2015 o imposto foi apurado de acordo com as seguintes taxas nominais:

Imposto	2016	2015
Matéria coletável	21%	21%
Lucro tributável	1,5%	1,5%
Lucro tributável acima de 1,5 milhões de euros e até 7,5 milhões de euros	3%	3%

A taxa de imposto efetiva do exercício ascende a 24% (2015: 14%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	**8.737.046**	**9.990.909**
Taxa nominal + Derrama	**1.965.835**	**2.247.955**
Imposto sobre o rendimento	**2.092.260**	**1.436.910**
Corrente	1.880.273	1.379.886
Diferido	211.987	57.024
Taxa efectiva	23,9%	14,4%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	**(126.424)**	**811.044**
Tributação autónoma	107.996	188.458
Derrama estadual	74.237	80.523
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	211.987	57.024
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	899	615
Reversão de provisões tributadas	605	-
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(471.069)	(1.231.595)
Benefícios pós-emprego	-	-
Benefícios fiscais e outros ajustes	(81.543)	(88.237)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	(14.480)	(33.142)
Excesso/Insuficiência de estimativa	730	11.882
Outras diferenças permanentes	297.062	203.427

No exercício de 2016 e 2015 a rubrica "Imposto corrente" inclui imposto diferido ativo relativo a provisões para outros créditos, a uma regularização de custos de royalties e management fees e previsão de vendas e imposto diferido passivo para bens em uso relativos à Europ Assistance Argentina, S.A. no valor líquido de (310.431) euros e 284.648 euros, respetivamente.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2016 e 2015 foram reconhecidos como segue:

	Impostos correntes			
	Ativo		Passivo	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre o rendimento	-	109.188	610.663	783.917
Retenções de imposto na fonte	2.624	6.966	380.784	524.558
Contribuições para a Segurança Social	-	-	382.197	417.029
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	215.241	105.178	100.836
Outros impostos e taxas	-	-	93.345	43.634
	2.624	331.396	1.572.167	1.869.975

Os ativos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2016 e 2015 foram reconhecidos como segue:

	2016	Impacto em CP	Impacto em G&P	2015	Impacto em CP	Impacto em G&P	2014
Impostos diferidos ativos							
Provisão para prémios de desempenho e indemnizações	56.408	-	(222.013)	278.421	-	176.429	101.992
Acréscimo de gastos com royalties e management fees	-	-	-	-	-	(198.478)	198.478
Valias potenciais do ativos financeiros em carteira		-	-		-	-	
Ganhos atuariais (IAS 19) - Reserva			-			-	
IAS 19 - Resultado	-	-	-	-	-	-	-
Provisões outros créditos e previsão vendas (Argentina)	624.508	-	(310.431)	934.939	-	284.648	650.291
Total	680.915	-	(532.444)	1.213.360	-	262.599	950.761
Impostos diferidos passivos							
Valias potenciais do ativos financeiros em carteira	363.563	(23.454)	10.026	397.043	(182.801)	(34.975)	544.869
Bens em uso (Argentina)	-	-	-	-	-	-	-
Total	363.563	(23.454)	10.026	397.043	(182.801)	(34.975)	544.869
Imposto corrente			(310.431)			284.648	
Imposto diferido			(211.987)			(57.024)	
Impacto total em Ganhos e Perdas			(522.418)			227.624	
Impacto total em Capital Próprio		23.454			182.801		

28. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	2016	2015
Acréscimos e diferimentos ativos		
Gastos diferidos com rendas	28.873	46.194
Gastos diferidos com seguros	5.853	51.188
Outros gastos diferidos	114.700	115.492
Outros rendimentos a acrescer	89.041	121.230
Juros a receber	9.442	5.057
Outros acréscimos de rendimentos	341.571	264.559
Total	589.480	603.720
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações	2.113.393	3.060.844
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados (a)	1.234.280	1.532.956
Rendimentos diferidos (b)	778.627	583.885
Total	4.126.301	5.177.685

(a) A rubrica “Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados” apresenta uma variação que diz respeito essencialmente ao redução dos acréscimos de custos com trabalhos especializados, rendas e comunicações e custos com prestação de serviços estimados da Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A..

(b) Na rubrica “Rendimentos diferidos”, estão registados os valores recebidos referentes aos contratos para os quais a Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. já assumiu a responsabilidade, e onde a mesma é extensível por mais do que um ano.

29. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo regulador.

	2016		
	Seguro não Vida		
Rubricas	Total de ativos afetos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	23.194.382	23.194.382
Outros investimentos financeiros	37.856.706	4.878.141	42.734.847
Outros ativos	996	11.103.766	11.104.762
	37.857.702	39.176.290	77.033.992

	2015		
	Seguro não Vida		
Rubricas	Total de ativos afetos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	16.769.978	16.769.978
Outros investimentos financeiros	38.920.556	4.936.509	43.857.065
Outros ativos	2.266	11.614.297	11.616.563
	38.922.822	33.320.784	72.243.606

30. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Contribuição para Fundo de Pensões	1.613	910
Prémio de Permanência	55.273	52.608
	56.886	53.518

31. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro - estornos a pagar	55.470	48.526
Mediadores	63.778	29.216
	119.248	77.743
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Resseguradores	588	346
Ressegurados	374	141.867
	963	142.213
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	267.010	191.311
Pessoal	3.297	178.762
Credores diversos (a)	1.186.033	740.264
Refaturação Gestão de Usados (b)	1.440.434	1.218.424
	2.896.773	2.328.761
TOTAL	3.016.984	2.548.717

(a) Em 31 de dezembro de 2016 a redução na rubrica “Credores diversos” diz respeito ao acréscimo de atividade e consequentemente de saldos a pagar na EA Argentina.

(b) A rubrica de “Refaturação Gestão de Usados” apresenta um aumento resultante do reforço de adiantamentos por conta de arranjos a decorrer em viaturas usadas (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

32. OUTRAS PROVISÕES

Esta rubrica destina-se a registar as responsabilidades para as quais se estima um exfluxo financeiro futuro. O saldo apresentado é relativo, essencialmente a ações judiciais e respetivos encargos.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado ascendeu aos 184.102 euros (2015: 120.924 euros).

33. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

i) Indicação dos objetivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de ações e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A principal fonte de capital utilizada pela Companhia é o capital acionista.

Os requisitos de capital reais e previsionais da Companhia são analisados e reavaliados numa base mensal.

No exercício de 2016 e 2015, a política de gestão de capital da Companhia manteve-se estável, sendo a sua solvabilidade adequada face às responsabilidades assumidas.

A Companhia monitoriza a solvência numa ótica trimestral. O cálculo do rácio de solvência é realizado de acordo com a Lei nº 147/2015 de 9 de setembro de 2015 que transpõe a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europa e do Conselho (Diretiva “Solvência II”), publicada em 25 de novembro de 2009, sendo baseada em informação financeira estatutária.

A Companhia fechou o exercício de 2016 com um montante de Capitais próprios de 39,7 milhões de euros, valor que é superior ao valor registado em 2015, que se cifrou em 32,6 milhões de euros.

Esta evolução é explicada essencialmente pela valorização cambial dos investimentos detidos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos de 4.46 milhões de euros e pelo resultado alcançado no exercício de 6.58 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de ações nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

Entidade	Número de ações 2016	2015	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	795.000	794.991	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	705.000	47,00%
Antoine Dominique Parisi	-	3	0,00%
Manrico Iachia	-	3	0,00%
Paolo Vagnone	-	3	0,00%
	1.500.000	1.500.000	100,00%

Outros instrumentos de capital

Em 2009, os acionistas da Europ Assistance efetuaram prestações acessórias pecuniárias sujeitas ao regime de prestações suplementares, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes acionistas). As referidas prestações foram aprovadas na ata n.º 21 da Assembleia Geral de 23 de janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não têm prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos acionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respetivas participações. Este reembolso foi aprovado na ata n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de julho de 2011. As prestações acessórias efetuadas pelo acionista Banco Espírito Santo transitaram para o acionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura acionista ocorrida em 2011.

Reservas

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de dezembro de 2016 a reserva legal ascendia a 2.452.391 euros (2015: 2.035.135 euros).
A 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo desta rubrica contempla ainda o valor da reserva legal das entidades consolidadas pelo método integral.

ii) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.
Em 31 de dezembro de 2016 a reserva de reavaliação ascendia a 1.327.898 euros (2015: 1.419.874 euros).

As reservas de reavaliação de diferenças de câmbio refletem os ajustamentos decorrentes da conversão da moeda funcional das contas individuais para o Euro relativas às empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.
Em 31 de dezembro de 2016 a reserva de reavaliação de diferenças de câmbio ascendia a (3.809.207) euros (2015: (8.271.108) euros).

iii) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. Em 31 de dezembro de 2016 a reserva por impostos diferidos ascendia a (338.614) euros (2015: (362.068) euros). Ver nota 27.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos e diluídos são os seguintes:

	2016	2015
Resultado líquido	6.581.270	8.629.837
Número de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado por ação básico (euros)	4,39	5,75

Dividendos por ação

O resultado líquido do exercício de 2015 deduzido dos dividendos antecipados no valor de 1.000.000 euros foi aplicado conforme se segue:

Reserva Legal	418.771 euros
Dividendos	2.750.000 euros
Resultados Transitados	4.461.066 euros

O valor distribuído por ação corresponde a 2,50 euros por ação.

34. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2016	2015
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	507	1.031
Europ Assistance Macau, Lda.	18.131	17.549
Europ Assistance Argentina, S.A.	248.459	218.456
	267.096	237.037

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2016 e 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	(344)	(664)
Europ Assistance Macau, Lda.	(18)	(18)
Europ Assistance Argentina, S.A.	(63.154)	76.520
	(63.516)	75.838

35. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.
O Grupo Europ-Assistance é detido pela Assicurazioni Generali Spa, com sede em Itália.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante dos ativos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2016:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSAÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	996	-	19.258
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	185.596	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	373.938	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.590.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	173.939	-	15.430.043
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	(588)	1.550.084	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	SERVIÇOS PRESTADOS	8.469	-	68.858
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	517.739
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	21.647	-	43.301

Ano de 2015:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSAÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	24.113	-	21.113
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	207.946	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	986.329	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	14.364.706
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	(98.990)	1.433.167	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	SERVIÇOS PRESTADOS	5.000	-	158.539
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	105.437	-	517.739
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	43.174

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais
Ver nota 9.

36. GESTÃO DOS RISCOS – (VALORES RETIRADOS DO ANEXO INDIVIDUAL DA COMPANHIA)

Política, Objetivos e Processo de Gestão de Riscos

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resultam da sua atividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo dos riscos que podem significativamente afetar uma gestão sã e prudente e, deste modo, comprometer os objetivos estratégicos. É através do conhecimento da natureza, significância e dimensão dos riscos a que se encontra exposta, que a Companhia poderá garantir a solidez do negócio e o seu crescimento sustentado.

Neste sentido, a Administração comprometeu-se a incluir, nos processos internos de tomada de decisão, a consideração dos fatores de risco que estão associados à atividade, a desenvolver o seu conhecimento e controlo sobre tais riscos e a implementar, manter e monitorizar um sistema de controlo interno e de gestão de riscos eficaz e dirigido à envolvência de risco a que a Companhia se encontra sujeita. O compromisso passa também pela garantia dos recursos necessários e pela promoção de uma cultura organizacional que reconheça a importância do controlo interno e da gestão de riscos.

Na sua generalidade, a atividade de controlo interno e de gestão de riscos compreende o seguinte:

- Assegurar a eficiência e eficácia das operações, o desempenho prudente da atividade, a salvaguarda dos ativos e uma correta e adequada avaliação de ativos e responsabilidades;

- Assegurar a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, garantindo que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas;

- Criar as condições para a existência e prestação de informação fiável e completa;

- Criar as condições para o cumprimento de preceitos legais e regulatórios, assim como de políticas e procedimentos internos.

O Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos assenta numa estrutura organizacional adequada à dimensão, atividade e nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e a especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir sob as orientações definidas pela Administração e pelo Grupo.

A testagem e avaliação do sistema são devidamente planeadas e documentadas, sendo o mesmo continuamente revisto e sujeito a processos de auditoria interna e melhoria contínua.

Estratégia

A Companhia ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via dos processos de subscrição de seguro direto e resseguro aceite, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Por outro lado, comprometeu-se a assegurar um retorno estável aos seus acionistas.

A estratégia vai no sentido de conduzir o negócio de forma simultaneamente equilibrada e diversificada, criando e aproveitando oportunidades de negócio, potenciando vantagens competitivas, diversificando risco, evitando riscos com volatilidade suscetível de causar ruturas, minimizando o risco operacional e garantindo um bom nível reputacional no mercado.

Categorias de Risco

Foram definidas pela Companhia as seguintes categorias de risco:

- **Risco técnico (ou risco específico de seguros):** risco associado à comercialização de contratos de seguro, envolvendo portanto questões relacionadas com tarifação e rentabilidade, provisionamento de responsabilidades técnicas e cobertura de sinistros.

- **Risco de crédito**: risco de perda, ou de evolução desfavorável da situação financeira, decorrente de variações da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores, sob a forma de risco de incumprimento pela contraparte.

- **Risco de mercado**: risco de perda, ou de evolução desfavorável da situação financeira, direta ou indiretamente ligada às variações do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos elementos do ativo e do passivo, bem como dos instrumentos financeiros. Inclui assim movimentos registados em taxas de juro, ações, valores imobiliários, taxas de câmbio e 'spreads", bem como o risco associado a uma concentração excessiva numa única contraparte (ainda no âmbito do risco de mercado).

- **Risco operacional**: risco de perdas resultantes de procedimentos internos inadequados ou deficientes, do pessoal ou dos sistemas, ou ainda de eventos externos. Inclui assim: má conduta profissional intencional (fraude interna); atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa); práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho; clientes, produtos e práticas comerciais; eventos externos que causem danos nos ativos físicos; interrupção da atividade e falhas nos sistemas; riscos relacionados com os processos de negócio; risco de incorrer no incumprimento de disposições legais ou regulatórias (risco de 'compliance').

- **Outros riscos:**

- *Risco de liquidez:* risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

- *Risco estratégico:* risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

- *Risco de reputação:* risco de perdas resultantes da deterioração da reputação da Companhia ou da sua posição no mercado, devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas, autoridades de supervisão ou público em geral.

36.1 RISCO TÉCNICO OU ESPECÍFICO DE SEGUROS

Este risco contempla as seguintes áreas:

- **Coberturas de seguro:** probabilidade e impacto potencial resultantes da Companhia assumir exposições a riscos pouco conhecidos ou compreendidos, sujeitos a desenvolvimentos não antecipados ou catástrofes.

- **Tarifação ('Pricing'):** adequação do preço face ao risco assumido, tendo por base a experiência de sinistralidade e dados históricos.

- **Provisionamento**: risco associado à adequação e monitorização das provisões técnicas, nomeadamente o risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

A este respeito, nos exercícios de 2016 e 2015 verificaram-se os seguintes desvios no número de sinistros ocorridos:

	2016		Variação
	Real	Orçamento	percentual
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	27	56	-51,79%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	388.999	375.452	3,61%
Proteção jurídica	974	902	7,98%
Perdas pecuniárias diversas	1.479	1.459	1,37%
Total	391.479	377.869	3,60%

	2015		Variação
	Real	Orçamento	percentual
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	28	30	-6,67%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	472.623	460.683	2,59%
Proteção jurídica	2.281	2.107	8,26%
Perdas pecuniárias diversas	1.610	2.086	-22,82%
Total	476.542	464.906	2,50%

	2016	2015
Número de apólices (Seguro direto)	866	664
Rácio de sinistralidade	78,74%	80,47%

Sendo a atividade da Companhia em 2016 cerca de 92% em resseguro aceite não é possível efetuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2015: 94%).

Análise de sensibilidade:

(em milhares de euros)

Incidência de análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2016	2015
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercicio, liquidos de resseguro	(1.781)	(2.185)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, liquidos de resseguro	(635)	(943)

36.2 RISCOS DE CRÉDITO

Por um lado, este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais, ou seja, **intermediários e clientes.**

- Os procedimentos de gestão do risco de crédito têm o seu enfoque na avaliação do risco de crédito do cliente ou mediador proposto e no controlo de cobranças, tendo sido desenvolvidos controlos específicos para este efeito.

- As relações com resseguradores são consideradas residuais, pelo que o risco é também diminuto. Para além disso, o maior ressegurador faz parte do Grupo internacional e efetuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

- As relações com mediadores são igualmente residuais: em 2016, a Companhia comissionou apenas 18,11% do total de prémios de seguro direto (2015: 15,08%) e 1,42% do total de prémios brutos emitidos (2015: 0,88%). Para além disso, são regularmente monitorizados os montantes em dívida e a sua antiguidade.

Por outro lado, a Companhia está exposta ao risco de crédito através das obrigações emitidas pelas contrapartes que compõem as suas carteiras de títulos: **risco de incumprimento da contraparte**.

- Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações corporate, cerca de 64,60% do total (2015: 62,12%).

- Estão implementadas medidas apropriadas relativamente aos investimentos em que existam expectativas de sofrerem um corte no *rating* para níveis abaixo de *investment grade*.

- A política de investimento da Companhia segue as linhas orientadoras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e pela empresa-mãe do Grupo (estas últimas integradas num documento designado 'Group Risk Guidelines'.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

(em milhares de euros)

	2016		2015	
Rating	%	Valor	%	Valor
AAA	16,07%	4.717	16,62%	5.093
AA	27,65%	8.114	36,34%	11.135
A	23,33%	6.849	26,60%	8.150
BBB	32,59%	9.565	19,32%	5.921
BB	0,36%	106	1,12%	343
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	0,00%	-	0,00%	-
Total	100,00%	29.351	100,00%	30.643

Verificamos acima que cerca de 67,05% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A" (2015: 79,56%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

Por outro lado, a exposição à dívida pública por país é a seguinte:

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2016	Peso
Portugal	-	0,00%
Alemanha	1.768.758	31,89%
Finlandia	1.114.104	20,09%
França	1.166.692	21,04%
Itália	-	0,00%
Coreia do Sul	536.962	9,68%
Holanda	509.420	9,19%
Singapura	449.873	8,11%
Total	**5.545.808**	**100,00%**

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2015	Peso
Portugal	-	0,00%
Alemanha	3.564.937	48,36%
França	1.310.881	17,78%
Finlandia	1.708.912	23,18%
Holanda	476.027	6,46%
Itália	311.143	4,22%
Total	**7.371.900**	**100,00%**

36.3 RISCO DE MERCADO

Este risco está associado à gestão de ativos financeiros, de acordo com os procedimentos definidos na Companhia e a variações nos mercados. Na ótica da Companhia, decompõe-se em risco de ações, risco de taxa de juro, *risco de spread,* risco imobiliário, risco cambial e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está refletida no contrato celebrado com a GNB Gestão de Ativos, S.A.. É claramente expressa como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes.

Neste sentido, o investimento em ativos financeiros por parte da Companhia deve observar os seguintes princípios gerais:

- Os investimentos devem ser efetuados em ativos passíveis de constituir reservas técnicas, de acordo com a regulamentação aplicável;
- Os investimentos devem respeitar objetivos de retorno, segurança e liquidez;
- Devem ser respeitados os princípios de dispersão e diversificação.

A política de investimento estabelece limites relativos à alocação por categoria de ativo, bem como limites aos investimentos em obrigações por *rating*, moeda, liquidez das emissões, concentração de mercado e taxa de juro. A implementação e monitorização são asseguradas pela Administração e pela Direção Administrativa e Financeira.

Ao longo do ano de 2016 a duração dos ativos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das ações e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados financeiros poderão afetar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os ativos líquidos e a situação do capital perante os requisitos da Entidade Reguladora, nomeadamente através do Requisito de Capital Exigido no regime de Solvência II. Adicionalmente, poderão ter efeitos colaterais nas restantes classes de ativos, como fundos de imóveis de empresas cotadas do setor, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, A Europ Assistance, detém os seguintes ativos financeiros ao justo valor classificados de acordo com os seguintes níveis:

	2016		
	Nível 1	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	5.545.808	-	5.545.808
De outros emissores públicos	2.491.458	-	2.491.458
De outros emissores	21.313.583	-	21.313.583
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	2.512.447	1.129.785	3.642.232
	31.863.296	1.129.785	32.993.081
	31.863.296	1.129.785	32.993.081

	2015		
	Nível 1	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	7.371.900	-	7.371.900
De outros emissores públicos	1.554.049	-	1.554.049
De outros emissores	21.716.607	-	21.716.607
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.261.191	1.053.141	4.314.332
	33.903.748	1.053.141	34.956.889
	33.903.748	1.053.141	34.956.889

Nos exercícios de 2016 e 2015 o movimento ocorrido nos Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda cuja valorização é efetuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	Quantidade	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2015	11	1.019.500
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	33.641
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11	1.053.141
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	76.644
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11	1.129.785

O investimento classificado como nível 3 reflete a detenção de unidades de participação no fundo de investimento Nova Energia Sicar, a valorização deste ativo é comunicada pela entidade gestora do fundo.

Nos exercícios de 2016 e 2015 não ocorreram transferências de ativos financeiros entre os diferentes níveis.

Análises de sensibilidade:

(em milhares de euros)

Incidência de análise	Cenários	Impacto nas reservas de justo valor antes de impostos 2016	2015
Ações	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-	-
Fundos de ações	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(251)	(326)

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas. Por outro lado, as análises consideradas não refletem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais: servem apenas para avaliar a suscetibilidade das carteiras de ativos aos choques considerados.

Risco cambial

O risco cambial na Companhia é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro. Relativamente à percentagem de ativos cuja moeda é o dólar norte-americano, representam em 2016 uma importância de 8,23% (2015: 7,95%) face ao total da carteira de investimentos.

Risco imobiliário

Não são efetuados quaisquer investimentos que confiram exposição direta ou indireta ao mercado imobiliário, pelo que não há exposição da Companhia ao risco imobiliário.

Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os ativos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

(em milhares de euros)

Incidência de análise	Cenários	Impacto nas Reservas de justo valor antes de impostos 2016	2015
Taxa de juro	Subida de 50 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	(413)	(482)

Risco de concentração

Estão implementadas na Companhia rotinas para monitorizar os limites de exposição ao risco por emitente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se apresentada conforme segue:

(em milhares de euros)

	Ativos Financeiros disponíveis para venda					
	2016			2015		
Setor de atividade	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	2,37%	781	-	1,43%	499	-
Bens Consumiveis	1,17%	387	-	0,81%	283	-
Energia	1,37%	450	-	3,14%	1.099	-
Financeiro	32,70%	10.790	-	31,91%	11.156	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Divida Publica	13,82%	4.559	-	21,09%	7.372	-
Industrial	26,66%	8.797	-	21,59%	7.546	-
Medicina	0,00%	-	-	1,72%	601	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Publicos / coletivos	10,87%	3.587	-	5,97%	2.086	-
Outros	11,04%	3.642	-	12,34%	4.314	-
Total	100,00%	32.993	-	100,00%	34.957	-

36.4. RISCO OPERACIONAL

Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Dizem-lhe assim respeito as questões de fraude, riscos com pessoal, *compliance*, gestão de clientes e produtos, danos em ativos físicos, falhas de sistemas, perturbação da continuidade de negócio e execução e gestão dos processos de sinistro. Para cada um dos riscos concretos foram definidos os respetivos controlos e outros fatores de mitigação, para além de ter sido desenvolvida a metodologia da sua avaliação específica.

Em 2016, o número médio de empregados reduziu 4,65% face a 2015, situando-se nos 325, em 31 de dezembro. A taxa de saída foi de 6,01, apresentando um decréscimo de 47,05% relativamente a 2015 (11,35). Por sua vez, a taxa de absentismo em 2016 foi de 7,60, apresentando um acréscimo de 23,58% relativamente a 2015 (6,15).

	2016	2015	Variação percentual
Rácios de recursos humanos			
Taxa de saída	6,01	11,35	-47,05%
Taxa de absentismo	7,60	6,15	23,58%
Nº médio de empregados	311	326	-4,65%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	20.429	28.919	-29,36%
Despesas gerais / Resultados Liquidos	1,13	2,25	-49,86%
Despesas gerais / Prémios	14,15%	17,43%	-18,81%

36.5 OUTROS RISCOS

Risco de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão do risco de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspetiva de liquidez). A existência de uma desadequação entre os valores de ativos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise da liquidez:

	2016	Var %	2015
Liquidez (1)	1,25	11,70%	1,12

(1) O rácio de liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o ativo disponível a curto prazo, ou seja, a relação entre o total do passivo e o somatório dos investimentos, os depósitos bancários e caixa.

Risco Estratégico

Risco associado ao plano e opções estratégicas definidos pela Companhia. A gestão deste risco tem o seu enfoque na análise concorrencial e das condições de mercado, daí decorrendo a estratégia comercial.

No exercício de 2016 verifica-se um acréscimo das vendas no mercado automóvel (16%). Por outro lado, observa-se no mercado segurador um crescimento de 5,01% no ramo Não Vida e uma queda de 23,31% no ramo Vida.

fonte: Acap

	2016*	Variação percentual	2015	Variação percentual	2014
Total mercado automóvel	247.343	16%	213.645	24%	172.390

* Valores provisórios

Quadro 1 - Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhões de Euros

	2016*	Variação percentual	2015*	Variação percentual	2014*
Vida	6.648	-23,31%	8.669	-16,96%	10.439
Não Vida	4.190	5,01%	3.990	3,58%	3.852
TOTAL	10.838	-18,30%	12.659	-13,37%	14.291

* Valores provisórios

Quadro 2 - Produção* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2016*	Variação percentual	2015*	Variação percentual	2014*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	623.958	12,22%	555.992	7,76%	515.942
Doença	693.680	11,68%	621.132	5,43%	589.169
Acidentes (outros)	164.474	-4,13%	171.566	11,23%	154.245
Incêndio e Outros Danos	776.268	1,60%	764.006	1,68%	751.371
Automóvel	1.522.071	3,49%	1.470.746	1,53%	1.448.547
Marítimo e Transportes	24.433	-2,32%	25.012	-11,78%	28.352
Aéreo	6.334	-9,22%	6.978	16,92%	5.968
Mercadorias Transportadas	21.439	-4,79%	22.518	-4,31%	23.533
Responsabilidade Civil Geral	114.994	2,29%	112.420	4,03%	108.061
Diversos	242.581	1,08%	239.997	5,61%	227.238
TOTAL	**4.190.231**	**5,01%**	**3.990.367**	**3,58%**	**3.852.426**

* Valores provisórios

Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2016*	Peso	2015*	Peso	2014*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	624.105	14,68%	557.984	13,78%	517.584
Doença	696.018	16,37%	622.760	15,38%	590.798
Acidentes (outros)	169.553	3,99%	176.909	4,37%	159.285
Incêndio e Outros Danos	794.673	18,69%	783.870	19,36%	767.723
Automóvel	1.526.432	35,90%	1.475.227	36,44%	1.454.649
Marítimo e Transportes	24.433	0,57%	25.001	0,62%	28.352
Aéreo	6.334	0,15%	6.993	0,17%	6.035
Mercadorias Transportadas	21.519	0,51%	22.844	0,56%	23.832
Responsabilidade Civil Geral	117.308	2,76%	115.363	2,85%	110.636
Diversos	271.549	6,39%	261.579	6,46%	245.527
TOTAL	**4.251.925**	**100,00%**	**4.048.529**	**100,00%**	**3.904.421**

* Valores provisórios

fonte: ASF / APS / Benchmark's

Quota de Mercado (Assistência)	2016 Proj	2015	Var %	2014	Var %
Europ Assistance	33%	35%	**-5,7%**	36%	**-2,8%**
Fidelidade Assistance	27%	25%	**8,0%**	28%	**-10,7%**
Inter Partner	12%	10%	**20,0%**	12%	**-16,7%**
Mondial Assistance	8%	7%	**14,3%**	8%	**-12,5%**
	80%	77%	**3,9%**	84%	**-8,3%**

37. SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I (requisitos quantitativos)

O regime de solvência II definiu critérios para a avaliação económica do ativo e do passivo da empresa de seguros e assim determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital.

O novo regime define agora dois níveis de solvência: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o primeiro nível de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta.

Nos termos do previsto no RJASR, caso a empresa de seguros verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF.
No caso de incumprimento do SCR, deve submeter a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

Pilar II (requisitos qualitativos e supervisão)

O regime de solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem a empresa, a fiscalizam e são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e função atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, a empresa deve efetuar uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório e efetuar a análise de solvência perante cenários de stresse.

No âmbito do regime de solvência II é elaborado e remetido um relatório do ORSA para o supervisor, pelo menos, anualmente.

Pilar III (reporte prudencial e divulgações públicas)

O pilar II estabelece os novos requisitos de divulgação de informação pública e de envio ao supervisor. Neste âmbito passa a ser divulgado anualmente um relatório sobre a solvência e situação financeira da empresa seguradora. No âmbito destes novos requisitos, a empresa de seguros reportou à ASF a informação de abertura de solvência II (1/1/2016) e o reporte trimestral previsto na regulamentação em vigor durante o ano de 2016.

Relativamente à solvência e situação financeira a 31 de dezembro de 2016 o relatório sobre a solvência e situação financeira da empresa seguradora será divulgado conforme a data definida pela regulamentação.

38. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respetivamente de 800.798 euros para Locarent e Leaseplan (2015: 732.297 euros) e 169.278 euros para HP Finance (2015: 178.962 euros).

	2016		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	800.798	184.494	261.252
Equipamento Informático	169.278	39.996	41.317
Total	970.077	224.490	302.569

	2015		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	732.297	165.701	238.791
Equipamento Informático	178.962	32.930	17.728
Total	911.259	198.631	256.519

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

40. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia:

IAS 1 - Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 1

Estas alterações clarificam, em vez de alterar significativamente, os requisitos atuais da IAS 1. As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota-parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidir em sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações).Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28 a 30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Data de endosso: 18-12-2015

Data de publicação:19-12-2015

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospetiva.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas- primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 2-12-2015

Data de publicação: 3-12-2015

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 22-09-2016

Data de publicação: 23-09-2016

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures a associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativas a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 18-12-2015

Data de publicação: 23-12-2015

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a alteração de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo, e, portanto, não há interrupção dos requisitos exigidos pela IFRS 5.

A aplicação deve ser prospetiva.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de intercalares estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

A aplicação deve ser retrospetiva.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 15-12-2015

Data de publicação: 16-12-2015

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 24-11-2015

Data de publicação: 25-11-2015

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. Alternativamente a entidade pode optar por mensurar as plantas que geram produto agrícola ao seu justo valor no início do período comparativo mais recente apresentado.

Data de endosso: 23-11-2015

Data de publicação: 24-11-2015

41. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospetiva e parcialmente prospetiva.

Data de endosso: 22-11-2016

Data de publicação: 29-11-2016

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requere que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach*" ou a "*modified retrospective approach*".

Data de endosso: 22-09-2016

Data de publicação: 29-09-2016

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – "*right-of-use*" ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach*" ou a "*modified retrospective approach*".

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquiza sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida.

IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. É permitida a aplicação antecipada. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

Clarificações à IFRS 15:

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como restruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach*" ou a "*modified retrospective approach*".

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

- Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar *vesting conditions* quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da Empresa, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de

instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (*vesting*) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de *net share settlement*).

- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de *net share settlement*.

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.
- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desreconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as Empresas devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospetiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É permitida a aplicação antecipada.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- Esta predominância deve ser avaliada no inicio do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.
- As Empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.

- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospetivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma Empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospetiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

(i) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou
(ii) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospetiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu cinco melhorias em três normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- Uma Empresa que é uma Empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.
- Se uma Empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a Empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma Empresa-mãe.

Estas melhorias devem ser aplicadas retrospetivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018. É permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada.

IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospetivamente.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

4. ANEXOS

europ assistance
you live we care

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em euros

Anexo 1

	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	Europ Assistance, S.A. (Chile) y Filial	93	2.783			223.350	4.934	458.829
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil)	10.890	2.123			7.149.999	2.088	22.735.553
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	10.983				7.373.349		23.194.382
	total	**10.983**				**7.373.349**		**23.194.382**
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTGALFOE0002	GALPPL Float 18	100.000	1		1,00	99.969	1,03	102.616
PTJLLAOE0001	JOSEML Float 19 - Tx. 4.26%	40.000	1		1,00	39.987	1,01	40.400
PTMOCQOE0006	SONPL Float 06/12/18	100.000	1		1,00	100.311	1,00	100.000
	sub-total	**240.000**				**240.267**		**243.016**
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
LU0079837604	NB GLOBAL ENHANCEMEN	57	1		876,36	49.996	878,27	50.105
	sub-total	**57**				**49.996**		**50.105**
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
IT0005104473	CCTS Float 06/15/22	80.000	1		1,01	80.528	1,01	80.420
DE0001102374	DBR 0.5 15-02/25 - Tx. .50%	72.000	1		0,99	71.077	1,05	75.300
XS1089831249	DBHNGR FL 14-07/20 - Tx. .50%	60.000	1		1,00	60.000	1,01	60.353
XS1306411726	DBHNGR Float 23	14.000	1		1,01	14.117	1,01	14.170
XS1280834992	EIB 0.5 15-11/23	31.000	1		1,00	31.015	1,03	31.982
EU000A1Z6630	EU 0.625 15-11/23 - Tx. .63%	30.000	1		1,01	30.176	1,05	31.352
ES0000101719	MDRID 0.727 16-05/21	31.000	1		1,00	30.998	1,01	31.273
US500769HA50	KFW 1.0 16-07/19	50.000	1		0,90	45.154	0,93	46.681
	sub-total	**368.000**				**363.065**		**371.533**
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0540449096	BNDES 4.125 10-09/17	50.000	1		1,02	50.835	1,02	51.092
XS0901370691	MS 2.25 13-03/2018 - Tx. 2.25%	38.000	1		1,00	38.104	1,03	39.020
XS0282583722	Morgan Stanley 01/17	50.000	1		1,00	49.986	1,00	50.006
DE000A1ZLUN1	DAIGAG2.125 14-07/22 - Tx. 2.13%	47.000	1		1,00	47.049	1,07	50.289
IT0004762586	UCGIM Var 11-09/2017	30.000	1		1,00	30.008	1,00	30.055
AT0000A19S18	VOEAV 2.25 14-10/21	30.000	1		1,00	29.978	1,06	31.829
DE000A13R8M3	MEOGR 1.375 14-10/21	50.000	1		0,99	49.731	1,02	51.210
XS1130101931	GS Float 14-10/2019	67.000	1		1,00	67.034	1,01	67.599
XS1167352613	NAB 0.875 15-01/22	50.000	1		1,00	49.983	1,03	51.276
DE000A14J579	TKAGR 1.75 15-11/20	47.000	1		0,99	46.733	1,02	47.759
XS1191116174	IFXGR 1.5 15-03/22	30.000	1		1,00	29.879	1,05	31.622
XS1170787797	EVKGR 1 15-01/2023 - Tx. 1.00%	50.000	1		0,99	49.669	1,02	51.152
FR0012674182	RENAUL FL 15-07/18	56.000	1		1,00	55.991	1,00	56.232
XS1167154654	BNP Float 01/20	50.000	1		1,00	50.066	1,01	50.257
XS1171489476	TOYOTA Float 18	50.000	1		1,00	49.981	1,00	50.047
DE000A1Z6M04	BMW Float 03/19 - Tx. .34%	47.000	1		1,00	47.000	1,00	47.065
XS1319652902	NESNVX 0.75 15-05/23	53.000	1		0,99	52.599	1,03	54.646
NL0009062215	RBS Float 10/19	57.000	1		1,00	56.807	1,00	56.734
DE000A169G07	DAIGR 0.875 16-01/21	50.000	1		1,00	49.916	1,03	51.417
DE000NLB8KA9	NDB 1 16-01/21	40.000	1		1,00	39.998	1,02	40.773
DE000A13SWD8	PBBGR 1.25 16-02/19	45.000	1		1,00	44.940	1,02	45.783
XS1377763161	COVEGR 1.0 16-03/21	30.000	1		1,00	29.891	1,03	30.821
XS1382792197	DT 0.625 16-04/2023	30.000	1		0,99	29.755	1,01	30.157
XS1382784509	RABOBK 1.25 16-03/26	30.000	1		1,00	29.860	1,02	30.682
XS1388661651	DPWGR 0.375 16-04/21	40.000	1		0,99	39.779	1,01	40.480
XS1422841202	ABNANV0.625 16-05/22	40.000	1		1,00	39.951	1,01	40.560
XS1425274484	HEIGR 2.25 16-06/24	30.000	1		0,99	29.701	1,07	31.986
US68389XBK00	ORCL 1.9 16-09/21	45.000	1		0,90	40.681	0,92	41.554
DE000CZ40LR5	CMZB 0.5 16-09/23	56.000	1		0,99	55.299	0,95	53.406
AT0000A1LHT0	NOVO 1.625 16-09/23	40.000	1		0,99	39.599	1,02	40.678
XS1496343986	BREPW 1.398 16-09/20	30.000	1		1,00	29.998	1,00	30.086
US80283LAE39	SANUK Float 14-09/17	30.000	1		0,89	26.764	0,95	28.426
FR0013153707	PEUGEOT 16-04/2023	38.000	1		1,04	39.610	1,05	39.843
XS1488418960	HENKEL 16-09/2021	30.000	1		0,99	29.736	1,00	29.930
XS1345331299	BNP1.125 16-01/23	40.000	1		1,02	40.722	1,03	41.136
	sub-total	**1.496.000**				**1.487.633**		**1.515.606**
	total Ativos financeiros detidos para negociação	**2.104.057**				**2.140.962**		**2.180.260**
	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA*							
	2 - OUTROS							
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0091443829	NB-EUROPEAN EQ EUR	15.413	1		84	1.296.495	86,32	1.330.484
LU0296922973	NOVA ENERGIA SICAR	11	50.000		53.699	576.405	105.252,94	1.129.785
IE0030382026	INVESCO ASIAN EQ-C	97.365	1		5	479.253	6,58	641.033
LU0360484686	MORGAN ST-US ADVANTA	9.179	1		56	515.657	58,93	540.929
	sub-total	**121.968**				**2.867.810**		**3.642.232**
	sub-total	**121.968**				**2.867.810**		**3.642.232**
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
FI4000047089	RFGB1.625 12-09/22	1.000.000	1		0,99	990.780	1,11	1.114.104
DE0001135457	DBR 2.25 11-09/21	1.550.000	1		1,09	1.692.685	1,14	1.768.758
FR0011619436	FRTR 2.25 13-05/2024	1.000.000	1		1,10	1.103.420	1,17	1.166.692
XS1373130902	TEMASE 0.5 16-03/22	440.000	1		0,99	437.078	1,02	449.873
NL0011896857	NETHER 0 16-01/22	500.000	1		1,01	506.600	1,02	509.420
XS0925003732	EIBKOR 2 13-04/2020	500.000	1		1,00	499.450	1,07	536.962
	sub-total	**4.990.000**				**5.230.013**		**5.545.808**

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço *	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS1089831249	DBHNGR FL 14-07/20	500.000	1		1,00	500.000	1,01	502.945
XS1280834992	EIB 0.5 15-11/23	600.000	1		0,99	593.328	1,03	619.392
EU000A1Z6630	EU 0.625 15-11/23	450.000	1		1,01	452.889	1,05	470.725
US45905UPC26	IBRD Float 14-04/19	700.000	1		0,90	632.778	0,95	662.300
US500769GT50	KFW 1.125 15-11/18	250.000	1		0,90	225.846	0,94	236.096
	sub-total	**2.500.000**				**2.404.840**		**2.491.458**
	2.2.2.3 - De outros emissores							
DE000A1R0410	TKAGR 3.125 14-10/19	100.000	1		0,99	99.201	1,06	106.096
XS1046796253	RABOBK FL 14-03/19	500.000	1		1,00	499.505	1,01	503.693
XS1047514408	CAFP Float 14-03/18	500.000	1		1,00	500.000	1,01	502.776
BE6265140077	ABIBB FL 14-03/2018	400.000	1		1,00	400.000	1,00	400.789
LU1105951401	NYKRE Float 14-09/19	600.000	1		1,00	600.000	1,01	603.603
US2027A1HL45	CBAAU FL 14-09/19	270.000	1		0,77	208.543	0,95	256.190
XS1028941976	MRK 1.125 14-10/2021	400.000	1		1,00	399.492	1,05	418.241
XS1130526780	ANZ Float 14-10/2019	600.000	1		1,00	600.000	1,01	603.538
XS1139320151	MS Float 14-11/2019	500.000	1		1,00	499.255	1,01	504.546
XS1167154654	BNP Float 15-01/2020	500.000	1		1,00	500.000	1,01	502.665
XS1197832832	KO Float 15-09/19	350.000	1		1,00	350.000	1,00	350.865
XS1107562321	STANLN Float 17 - Tx .61%	400.000	1		0,93	370.893	0,95	378.762
XS1230926609	CL Float 15-05/2019	500.000	1		1,00	500.000	1,00	501.345
XS1234366448	MMM Float 15-05/20	400.000	1		1,00	400.000	1,00	400.576
XS1241710323	NOMURA1.125 15-06/20	400.000	1		1,00	398.744	1,03	411.329
FR0012821924	CAPFP Float 15-07/18	500.000	1		1,00	500.000	1,01	503.787
XS1264495000	SOCGEN Float15-07/18	600.000	1		1,00	600.000	1,00	602.689
XS1277337678	SWEDA Float 15-08/20	500.000	1		1,01	502.510	1,01	504.602
XS1291448824	SMDSLN 2.25 15-09/22	300.000	1		0,99	297.285	1,05	315.538
XS1307993292	NEGANV FL 15-10/18	450.000	1		1,00	450.000	1,00	450.480
XS1315154721	NWIDE FL 15-11/18	400.000	1		1,00	399.636	1,00	401.927
XS1323463056	UPS Float 15-07/2020	600.000	1		1,00	600.000	1,00	601.675
FR0013054020	ARRFP Float 15-01/20	500.000	1		1,00	500.000	1,01	505.742
BE6282455565	SOLBBBFloat 15-12/17	400.000	1		1,00	400.000	1,01	402.045
DE000A169G07	DAIGR 0.875 16-01/21	400.000	1		1,00	399.188	1,04	414.721
XS1346107433	GIS Float 16-01/20	400.000	1		1,00	400.000	1,01	405.031
XS1346650929	RY Float 16-01/21	400.000	1		1,00	400.000	1,01	405.398
XS1362373570	GS 0.75 16-05/19	450.000	1		1,00	448.227	1,02	459.436
XS1369278251	AMGEN 1.25 16-02/22	400.000	1		1,00	399.884	1,04	417.543
XS1377763161	COVEGR 1.0 16-03/21	350.000	1		1,00	348.551	1,04	362.421
XS1319814817	FDX Float 16-04/2019	400.000	1		1,00	400.000	1,00	401.693
FR0013153822	AIFP 0.375 16-04/22	300.000	1		1,00	299.574	1,01	302.187
XS1403263723	MCD 0.5% 16-01/2021	400.000	1		1,00	398.944	1,01	404.982
XS1411403709	AZN 0.25 16-05/21	400.000	1		1,00	398.200	1,00	401.770
XS1412416486	NAB Float 16-04/2021	400.000	1		1,00	400.000	1,01	404.770
XS1456422135	JPM 0.625 16-07/24	400.000	1		0,99	397.064	0,98	392.001
XS1458408306	GS Float 16/07/2021	400.000	1		1,00	400.000	1,02	407.062
XS1458405112	BAC Float 06/19	400.000	1		1,00	400.000	1,00	401.854
XS1476654238	RDSALN0.375 16-02/25	400.000	1		1,00	399.368	0,97	386.679
XS1485532896	KPN 0.625 16-04/25	400.000	1		0,98	393.068	0,96	383.122
DE000CZ40LR5	CMZB 0.5 16-09/23	450.000	1		0,99	444.239	0,96	429.828
XS1405775708	TMO 0.75 16-09/24	400.000	1		0,99	395.002	0,97	388.272
XS1505890530	CNUNZ 1.125 16-10/23	400.000	1		0,99	397.544	1,00	398.288
BE0002266352	KBCBB 0.75 16-10/23	500.000	1		1,00	499.625	0,99	494.230
XS1506396974	WSTP 0.25 16-01/22	500.000	1		1,00	498.415	0,99	497.492
FR0013216884	BNFP Float 16-11/18	300.000	1		1,00	300.000	1,00	300.471
FR0013201597	RENAUL0.5 16-09/23	450.000	1		0,97	435.600	0,97	435.373
XS1505884723	EZJLN 1.125 16-10/23	400.000	1		0,97	389.328	0,98	392.624
XS1522989869	MYL Float 11-16/2018	500.000	1		1,00	500.000	1,01	503.602
FR0013210408	VIEFP 0.314 16-10/23	400.000	1		0,97	389.036	0,97	389.231
	sub-total	**21.270.000**				**21.105.921**		**21.313.583**
	sub-total	**28.760.000**				**28.740.774**		**29.350.849**
	total activos financeiros disponíveis para venda	**28.881.968**				**31.608.584**		**32.993.081**
	3 - TOTAL GERAL	**30.997.008**				**41.122.895**		**58.367.723**

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	5.874	2.180	660	(3.034)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL	-	-	-	
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	743.553	373.400	302.826	(67.326)
ASSISTÊNCIA	6.161.019	4.618.857	694.048	(848.114)
DIVERSOS	15.500	13.619	112	(1.769)
TOTAL	6.925.946	5.008.057	997.646	(920.244)
TOTAL GERAL	6.925.946	5.008.057	997.646	(920.244)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

** Os valores apresentados referem-se apenas à entidade Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Valores em euros

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	-	1.829	-	1.829
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	373	-	373
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	-	146	-	146
ASSISTÊNCIA	8.182.482	3.235.246	989.966	12.407.693
DIVERSOS	631.679	145.844	(4.272)	773.251
TOTAL	8.814.161	3.383.438	985.694	13.183.292
RESSEGURO ACEITE	27.491.368	8.477.522	(2.140.009)	33.828.880
TOTAL GERAL	36.305.529	11.860.960	(1.154.315)	47.012.173

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Valores em euros

Anexo 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	9.888	10.600	1.829	1.008	(7.779)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.111	2.320	373	242	(1.643)
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	772	923	146	203	-
ASSISTÊNCIA	17.589.604	17.487.299	12.407.693	4.278.172	-
DIVERSOS	1.899.979	1.050.915	773.251	149.142	(795)
TOTAL	19.502.355	18.552.058	13.183.292	4.428.766	(10.217)
RESSEGURO ACEITE	41.367.904	42.742.512	33.828.880	5.968.587	13.551
TOTAL GERAL	60.870.258	61.294.570	47.012.173	10.397.353	3.334

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 77.033.992 euros e um total de capital próprio de 39.670.514 euros, incluindo um resultado líquido de 6.581.270 euros), a Conta de Ganhos e Perdas Consolidado, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
1. Valorização das provisões para sinistros	
Com referência a 31 de dezembro de 2016, o passivo do Grupo inclui Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros dos Ramos Não Vida no valor global de cerca de 9.112.084 euros, as quais representam cerca de 25% do Passivo total (detalhe na Nota anexa às demonstrações financeiras consolidadas 25). A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos	Os principais procedimentos de auditoria nesta área ao nível da componente foram os seguintes: ► Compreensão das atividades de controlo existentes e teste à eficácia dos controlos identificados; ► Avaliação das metodologias utilizadas pela componente para a determinação das referidas responsabilidades decorrentes de contratos de seguros, tendo por referência as especificidades da componente, os requisitos regulamentares e a prática no sector; ► Procedimentos de revisão analítica, nomeadamente a análise da evolução dos saldos, sua comparação entre 2016 e 2015;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. Estas provisões para sinistros representam uma estimativa da gestão do custo de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, e numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros fatores, sendo revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Por este motivo, os valores reais a liquidar no futuro podem ser diferentes das estimativas registadas nesta data como provisões.	▶ Apreciação da consistência da documentação/informação disponibilizada pelo atuário da componente; ▶ Análise das divulgações efetuadas pela componente e da respetiva conformidade com os requisitos contabilísticos aplicáveis.
2. Valorização dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	
Em 31 de dezembro de 2016 o ativo do Grupo inclui duas participações financeiras avaliadas pelo método da equivalência patrimonial no montante de 23.194.382 Euros. Adicionalmente, para além da empresa mãe, foram objeto de consolidação integral quatro entidades subsidiárias, conforme nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras. Conforme referido na Nota anexa às demonstrações financeiras consolidadas 2 e), os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, são valorizadas inicialmente ao custo de aquisição, sendo posteriormente ajustado em função das variações no capital próprio (incluindo resultados) das participadas, após considerar eventuais ajustes às políticas contabilísticas. Nessa nota estipula-se também a contabilização das participações em filiais pelo método da consolidação integral. Adicionalmente, conforme referido na Nota anexa às demonstrações financeiras 2 b), considera-se ainda a conversão dos saldos das participadas para a moeda funcional das demonstrações financeiras consolidadas. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos de auditoria nesta área resumem-se aos seguintes: ▶ Obtenção e análise dos relatórios de auditoria das entidades participadas devidamente certificados; ▶ Análise de eventuais situações ocorridas nas participadas que possam ter impacto materialmente relevante nos valores das demonstrações financeiras consolidadas; ▶ Testes à aplicação do método da equivalência patrimonial de acordo com a IAS 28 e do método de consolidação integral segundo a IAS 27.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;

- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Entidade-mãe do grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 25 de julho de 2012 para um mandato de um ano. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2013 para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade mãe do grupo e às entidades sob o seu controlo serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor relativos à certificação dos elementos de informação de abertura para efeitos de Solvência II e emissão do Parecer do Revisor Oficial de Contas para efeitos de Adiantamentos sobre Lucros do Exercício.

Lisboa, 31 de maio de 2017

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas da

EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

De acordo com as disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V. Exas., o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, os quais compreendem o Relatório do Conselho de Administração, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, Europ Assistance, EAP ou Sociedade, e, em conjunto com as outras entidades que compõem o grupo, por Grupo EA), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente, durante o exercício de 2016, de forma pormenorizada e no âmbito das competências que lhe foram confiadas, o funcionamento da Sociedade, tendo, designadamente, realizado reuniões com responsáveis da Sociedade, sempre que tal se mostrou pertinente, e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes, ocorridos no exercício.

Cumpre relevar o constante empenho, disponibilidade e colaboração, sempre patenteadas pelo Conselho de Administração, e também pela Direção Financeira, que prestaram, sem exceção, todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo Conselho Fiscal, respondendo de forma completa a todas as questões que foram suscitadas, ao longo do período.

Saliente-se, em primeiro lugar, que o Grupo EA, em geral, e a EAP em particular, alcançaram no ano de 2016 os principais objetivos definidos, tendo mantido, por um lado, a liderança do mercado Português de assistência e, por outro, obtendo bons níveis – não obstante o contexto macroeconómico de abrandamento da atividade – em termos de volume de negócios e resultados, das várias entidades do Grupo EA, sediadas não só no território nacional, como no estrangeiro.

Passando à análise concreta dos principais indicadores consolidados, verificou-se, no exercício em apreço, um decréscimo na ordem dos 14% ao nível do volume de prémios adquiridos líquidos de resseguro, tendo este indicador ascendido a € 61.239.004 em 2016 (€ 71.276.380, em 2015). O volume de prémios brutos emitidos de € 60.870.258 espelha uma diminuição de 14,4% face ao período homólogo de 2015 (€ 71.097.802). A evolução referida foi essencialmente provocada, pelo termo, em finais de 2015, de um importante contrato de resseguro de assistência. Os indicadores aludidos demonstram, ainda assim, um elevado nível de produção mantido pela Sociedade, em linha com o sucedido em períodos anteriores.

Ao nível financeiro, as contas consolidadas evidenciam um decréscimo do lado dos rendimentos obtidos de cerca de 23,2%, tendo os rendimentos provenientes de juros financeiros atingido um valor total de € 391.964 (€ 510.008, em 2015).

Do lado dos gastos, em linha com o sucedido ao nível dos proveitos, verificou-se uma diminuição dos custos com sinistros líquidos de resseguro, na ordem dos 16%. Este indicador cifrou-se, no ano em causa, em € 46.953.274 (€ 55.709.059, em 2015). O rácio de sinistralidade para o período – peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos – cifrou-se nos 78,7%, registando uma diminuição face ao exercício transato, onde atingira os 80,5%.

No que respeita aos custos e gastos de exploração líquidos, foi registada uma redução deste indicador, na ordem dos 17% em relação ao período anterior, tendo-se atingido, em 2016, um valor de € 10.397.353. Os custos com pessoal cifraram-se em € 13.668.960, quando no período homólogo antecedente tinham ascendido a € 16.866.781, o que reflete um decréscimo de, aproximadamente, 19%, face a 2015 (período de algum modo atípico, pela existência de pagamentos de um valor considerável de indemnizações). O número médio de colaboradores, durante o ano de 2016, foi de 514 (563 trabalhadores em 2015).

Finalmente, ao nível dos gastos financeiros, verificou-se um crescimento de cerca de 57%, face a 2015 – de € 86.315 para € 135.434 – essencialmente relacionado com o bom desempenho da carteira / portfolio.

O efeito conjugado da evolução registada e supra mencionada, conduziu a uma diminuição do resultado líquido apurado, indicador que, para o período de 2016, ascendeu a € 6.581.270. Relativamente ao período homólogo anterior, em que o mesmo indicador registou um valor de € 8.629.837, observou-se um decréscimo de 23,7%.

No que respeita aos principais elementos sobre a posição financeira, assinala-se a variação positiva do valor total do ativo líquido, entre os exercícios de 2015 e 2016, de cerca de 6,6% (atendendo aos valores em 31 de dezembro de cada um dos anos referidos). No fim de 2016, o valor total do ativo líquido atingiu os € 77.033.992, quando, no fim do período homólogo anterior se cifrou nos € 72.243.606. Esta evolução advém sobretudo do incremento ocorrido ao nível do valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, rubrica que conheceu um acréscimo de € 6.424.404.

Encontrando-se a análise dos principais indicadores financeiros da EAP, devidamente escalpelizada no relatório sobre as contas individuais da Sociedade, analisamos de seguida e em particular, a evolução dos principais indicadores sobre as contas das restantes entidades do Grupo EA.

No ano de 2016, a Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. (EAS) atingiu um volume de serviços prestados na ordem dos € 4,74 milhões, que excedeu os € 4,57 milhões registados no período antecedente, espelhando um incremento de 3,7%. Em linha, o resultado líquido da EAS cifrou-se nos € 861 mil, apresentando um importante crescimento de, aproximadamente, 39% relativamente ao resultado obtido no período homólogo precedente.

A Europ Assistance Argentina, S.A. registou, no exercício fiscal de 2016, um aumento significativo do seu volume de negócios, em moeda local, (275 milhões de pesos), ainda que com efeito não coincidente em euros (€ 17 milhões). A empresa reforçou a sua quota de mercado, tendo captado novos clientes que trazem muito boas perspetivas futuras. O resultado líquido foi positivo (2,3 milhões de pesos), na ordem dos € 144 mil.

Por seu turno, a EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. – entidade que detém a totalidade do capital social da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. – prosseguiu a sua atividade com bons resultados, embora abaixo dos registados em 2015. A entidade obteve um volume de negócios de € 132 milhões (€ 154 milhões, em 2015), e um resultado líquido do exercício 3,7 milhões, espelhando um bom desempenho da empresa em 2016.

Finalmente, a filial Chilena – Europ Assistance, S.A. Y Filial – atingiu um volume de negócios na ordem dos € 8,91 milhões (€ 6,25 milhões, em 2015) e um resultado líquido de € 552 mil (€ 351 mil, em 2015). Estes indicadores comprovam uma evolução muito positiva da empresa, no biénio em análise.

No âmbito das nossas funções, efetuámos as verificações consideradas pertinentes e adequadas. Examinámos a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, em 31 de dezembro de 2016, bem como a Demonstração de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada, e as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência ao mesmo período. Adicionalmente, confirmámos os critérios valorimétricos utilizados, que merecem a nossa concordância.

Procedemos também a uma análise ao Relatório Consolidado do Conselho de Administração, relativo ao exercício de 2016, constatando que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e aprofunda os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Sociedade no exercício.

Apreciámos igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas Consolidadas, relativa ao exercício de 2016, datada de 31 de maio de 2017, a qual foi emitida sem reservas, pela Senhora Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, Revisor Oficial de Contas, representante da Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A..

Os documentos de prestação de contas consolidadas, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Consolidadas, com cujo conteúdo concordamos, possibilitam, em nossa opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Europ Assistance e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Como resultado das ações de fiscalização levadas a efeito, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado do Conselho de Administração, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, tal como apresentados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

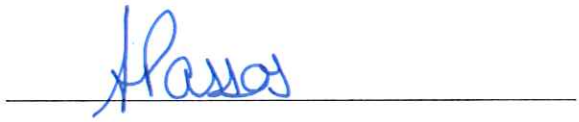
O Conselho Fiscal não quer deixar de, por último, manifestar, novamente, o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direção Financeira, pela colaboração sempre prestada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 31 de maio de 2017

O CONSELHO FISCAL

José Favila Vieira Leite Monteiro – Presidente

João Alberto Monarca Pires – Vogal



Adelaide Odete Santos Botelho Passos – Vogal

Europ Assistance Portugal
Av. Columbano Bordalo Pinheiro 75, 10º andar
1070-061 Lisboa

www.europ-assistance.pt